



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

BILINA AMARAL PERES

**MARIA DA GRAÇA DA SILVA AMARAL: TRAJETÓRIA DE UMA
EDUCADORA POPULAR AMBIENTAL NEGRA NA CONSTITUIÇÃO DO
MOVIMENTO NEGRO DO RIO GRANDE**

Rio Grande – RS

2021

BILINA AMARAL PERES

**MARIA DA GRAÇA DA SILVA AMARAL: TRAJETÓRIA DE UMA
EDUCADORA POPULAR AMBIENTAL NEGRA NA CONSTITUIÇÃO DO
MOVIMENTO NEGRO DO RIO GRANDE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental – PPGEA da Universidade Federal do Rio Grande – FURG como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Educação Ambiental.

Orientadora: Profa. Dra. Simone Grohs Freire

Linha de Pesquisa: Educação Ambiental Não Formal.

Rio Grande – RS

2021

Ficha Catalográfica

P437m Peres, Bilina Amaral.

Maria da Graça da Silva Amaral: trajetória de uma educadora popular ambiental negra na constituição do Movimento Negro do Rio Grande / Bilina Amaral Peres. – 2021.

84 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Rio Grande/RS, 2021.

Orientadora: Dra. Simone Grohs Freire.

1. Educação Ambiental Não Formal 2. Resistência 3. Mulher Negra
4. Movimentos Sociais 5. Maria da Graça da Silva Amaral I. Freire,
Simone Grohs II. Título.

CDU 504:37

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344

BILINA AMARAL PERES

“Maria da Graça da Silva Amaral: trajetória de uma educadora Popular Ambiental negra na constituição do Movimento Negro da cidade de Rio Grande”

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores:



Prof.^a Dr.^a Simone Grohs Freire
(PPGEA/FURG)

Prof.^a Dr.^a Narjara Mendes Garcia
(PPGEA/FURG)

Prof.^a Dr.^a Greici Maia Behling
(UFPEL)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os nossos ancestrais, à minha mãe, aos meus filhos, à minha família, aos amigos e à minha orientadora.

RESUMO

O presente trabalho procurou investigar se a trajetória de vida de Maria da Graça da Silva Amaral enquanto protagonista do movimento negro da cidade do Rio Grande poderia ser compreendida a partir do espaço da Educação Ambiental Crítica. Para tanto, a partir de pesquisa qualitativa, de viés narrativo biográfico buscou-se compreender o contexto traçado por Maria da Graça da Silva Amaral enquanto liderança negra da cidade de Rio Grande, Rio Grande do Sul, a partir de sua biografia pessoal e de sua atuação política. Trata-se de pesquisa que se justifica pelo resgate acadêmico da cultura e da história da população negra, com destaque aqui para a mulher negra. Verificou-se ao fim que a atuação de Maria da Graça da Silva Amaral nos diversos espaços sociais do município, em prol da consolidação do movimento negro pode ser considerada dentro de uma perspectiva de Educação Ambiental Crítica como um trabalho de emancipação dos sujeitos historicamente oprimidos pelo sistema racista, machista e patriarcal, uma vez que se concretizou a partir de atividades que promoveram a participação social, atuando assim Maria da Graça Amaral como uma Educadora Popular Ambiental.

Palavras-chave: Educação Ambiental não formal; Resistência; Mulher Negra; Movimentos Sociais; Maria da Graça da Silva Amaral.

ABSTRACT

The present work sought to investigate whether Maria da Graça da Silva Amaral's life trajectory as the protagonist of the black movement in the city of Rio Grande could be understood according to Critical Environmental Education. Therefore, based on a qualitative research within the scope of biographical narrative, we tried to understand the context outlined by Maria da Graça da Silva Amaral as a black leader in the city of Rio Grande, Rio Grande do Sul, from her personal biography and her political performance. This research is justified by the academic recovery of the black population's culture and history, especially for black women. It was found at the end that the performance of Maria da Graça da Silva Amaral in the various social spaces of the municipality, in favor of the consolidation of the black movement, can be considered within the perspective of Critical Environmental Education as a work of emancipation of subjects historically oppressed by the racist, sexist and patriarchal system, since it was materialized on account of activities that promoted social participation, acting Maria da Graça da Silva Amaral as a Popular Environmental Educator.

Keywords: Non-formal Environmental Education; Resistance; Black Woman; Social Movements; Maria da Graça da Silva Amaral.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Caminhada no centro histórico de Rio Grande em ato comemorativa ao dia da Umbanda	19
Figura 2. Família de Maria da Graça da Silva Amaral trajadas para as festas Culturais	22
Figura 3. Desfile temático no teatro da Universidade Federal do Rio Grande	23
Figura 4. Movimento Popular de Cultura Afro em atividade na Escola João de Deus Colares/ Centro Integral de Assistência à Criança e ao Adolescente - CAIC, em São Jose do Norte, no RS.	24
Figura 5. Apresentação artística cultural na Feira de Artesanato Municipal do Rio Grande/ FEARG	25
Figura 6. Reportagem do Jornal Agora da Cidade de Rio grande	26
Figura 7. Seminário POVO NEGRO em movimento, na Universidade Federal do Rio Grande	27
Figura 8. Família de Maria da Graça da Silva Amaral MACANUDA	28
Figura 9. Imagem da desigualdade econômica atual do negro no país ocasionada pelo processo de escravidão	30
Figura 10. Imagem ilustrativa de Zumbi dos Palmares	34
Figura 11. A Frente Negra Brasileira mantinha escolas para que os negros pudessem estudar, além de cursos profissionalizantes	40
Figura 12. Reunião dos remanescentes da comunidade quilombola Macanudos, Rio Grande –RS	46
Figura 13. Registro da cerimônia de assinatura da lei que torna o Clube Recreativo Cultural <i>Braço e Braço</i> , patrimônio histórico e cultural do Rio Grande.	48
Figura 14. Flavio Camargo em entrevista à emissora local, no lançamento de seu livro	50
Figura 15. Missa Afro em homenagem ao 20 de novembro	51
Figura 16. Seminário intermunicipal com lideranças do Movimento Popular de Cultura Afro da região Artesanato do Rio Grande - FEARG	52
Figura 17. Apresentação artística do Movimento Popular de Cultura Afro na Feira de Artesanato do Rio Grande - FEARG	52
Figura 18 . Casamento Veridiana e Crescentino do Amaral	64
Figura 19. Maria da Graça da Silva Amaral	65
Figura 20: Maria da Graça da Silva Amaral e amigas no Clube <i>Braço e Braço</i>	66
Figura 21. Reportagem do Jornal “FURG em Notícia” no ano de 2000	69

Figura 22. Homenagem da Universidade Federal do Rio Grande a Maria da Graça da Silva Amaral no ano de 2016	70
Figura 23. Missa Afro realizada na semana de 20 de novembro em homenagem a Zumbi dos Palmares no ano de 2003	71
Figura 24. Apresentação do Coral do Movimento Popular de Cultura Afro/ MPCAfro em 2001	72
Figura 25. Caminhada no centro da cidade de Rio Grande em protesto ao 13 de maio e homenagem aos pretos velhos no ano de 2003	73
Figura 26. Desfile farroupilha tradicionalista em comemoração à Semana Farroupilha	73
Figura 27 Apresentação do coral do Movimento Popular de Cultura Afro/ MPCAfro FEARG em 2005	74
Figura 28. Apresentação artística do grupo de dança do Movimento Popular de Cultura Afro/ MPCAfro na cidade de Pelotas, em 2000	74
Figura 29. Apresentação do Coral Movimento Popular de Cultura Afro/ MPCAfro na festa de Iemanjá na cidade de Rio Grande no ano de 2005	75
Figura 30. Corte de representantes da beleza negra da cidade de Rio Grande no ano de 2002	76
Figura 31. Maria da Graça da Silva Amaral em oficina de Abayomi para crianças de uma escola da rede municipal de ensino da cidade de Rio Grande no ano de 2019	77

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1. MEUS CAMINHOS PERCORRIDOS: UMA NARRATIVA A PARTIR DE UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL POPULAR	10
1.1. Educação Ambiental Popular: uma alternativa dialógica na superação das desigualdades	10
1.2. Das raízes quilombola à Pós-graduação contrariando as estatísticas: os desafios da mulher negra dentro de uma sociedade racista	19
CAPÍTULO 2. O MOVIMENTO NEGRO NO RIO GRANDE DO SUL: DA OCULTAÇÃO DAS RAÍZES A LUTA POR RECONHECIMENTO	30
2.1. O negro na formação cultural do Brasil: As lutas de resistência e valorização do negro no Rio Grande do Sul	31
2.2. O movimento negro da cidade de Rio Grande: do Quilombo Macanudos à Universidade Federal do Rio Grande	45
CAPÍTULO 3. MARIA DA GRAÇA DA SILVA AMARAL: UMA EDUCADORA AMBIENTAL POPULAR NEGRA COMO PROTAGONISTA DA SUA PRÓPRIA HISTÓRIA	55
3.1. Nós também produzimos saberes: A narrativa como ferramenta emancipatória das culturas silenciada	55
3.2. Maria da Graça da Silva Amaral: A narrativa de uma Educadora Ambiental Popular.	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa acadêmico busca investigar a trajetória de Maria da Graça da Silva Amaral, e suas atuações sociais de maneira que a identifique como uma Educadora Ambiental Popular. Assim, esta pesquisa nasce a partir das minhas vivências e percepções, em uma perspectiva de Educação Ambiental Crítica produzida através da educação em espaços formais e não formais. Nesse sentido a afirmação de Loureiro (2012, p.41) “Educação Ambiental é uma perspectiva que se inscreve e se dinamiza na própria educação, formada nas relações estabelecidas entre as múltiplas tendências pedagógicas e do ambientalismo, que têm no ambiental e na natureza categorias centrais e identitárias”.

A Educação Ambiental como ferramenta para a transformação social, na busca de um projeto societário, que respeite e valorize as diversas culturas que constituem a sociedade. A Educação Ambiental Crítica traz a perspectiva da emancipação dos sujeitos rompendo com a ordem social vigente que atua no silenciamento e opressão dos sujeitos.

A oportunidade de acompanhar toda a vida de militância social de Maria da Graça da Silva Amaral e os conhecimentos adquiridos como mestrande do Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental – PPGEA, da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, fundamentaram e direcionaram a minha pesquisa na investigação sobre os elementos sociais que podem configurar Maria da Graça da Silva Amaral uma Educadora Popular Ambiental.

Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa, consubstanciada na pesquisa narrativa, orientada pelos estudos de Clandinin e Connelly (2015). Nas palavras dos autores,

A pesquisa narrativa é uma forma de compreender a experiência. É, em outras palavras, a pesquisa que transita no meio do viver e do contar, do reviver e do recontar, as histórias de experiências que compuseram as vidas das pessoas, em ambas perspectivas: individual e social (2015, p.51).

A metodologia deste trabalho acadêmico é uma oportunidade de dar voz e vez à mulher negra, rompendo com o silenciamento imposto pelo poder hegemônico.

Nos três capítulos dessa dissertação trago os elementos históricos e sociais que respondem aos meus objetivos propostos para certificação das ações sociais desenvolvidas por Maria da Graça da Silva Amaral que a tornam uma educadora Popular Ambiental. Os referidos capítulos iniciam por um breve histórico da educação ambiental com o objetivo de fundamentar a prática de uma Educação Ambiental Popular nas ações sociais de Maria da Graça da Silva Amaral, dentro de uma perspectiva de Educação Ambiental Crítica. No capítulo seguinte, trago as lutas nacionais e regionais de resistência ao sistema brutal de opressão da população negra,

e assim evidencio as desigualdades raciais, bem como o enfrentamento e a resistência social de Maria da Graças da Silva Amaral ao sistema.

No último capítulo, a narrativa de Maria da Graça da Silva Amaral, aliada à fundamentação teórica de importantes escritores críticos dos últimos anos (FREIRE, 2003; LOUREIRO, 2012; SATO, 2013), aponta as organizações sociais de cunho popular que contemplam as populações mais vulneráveis ao sistema opressor, no Brasil, como as maiores propulsoras das mudanças culturais, econômicas e políticas, sendo a trajetória de lutas por justiça e igualdade racial de Maria da Graça da Silva Amaral elementos que a configuram uma educadora Popular Ambiental.

CAPÍTULO 1. MEUS CAMINHOS PERCORRIDOS: UMA NARRATIVA A PARTIR DE UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL POPULAR

*Às vezes eu acho que todo o preto como eu só quer um terreno no mato só seu,
sem luxo, descalço, nadar num riacho, sem fome pegando as frutas no cacho...*
Racionais MC's

Início minha escrita com as palavras de grandes vozes das periferias brasileiras, Racionais MC's¹, que nos levam a refletir sobre as perspectivas de um projeto societário almejado no imaginário da maioria da população periférica, que também é um novo modelo societário possível.

Neste capítulo, o objetivo é trazer um breve histórico sobre a Educação Ambiental e os caminhos percorridos até a Educação Ambiental Popular, discorrendo sobre a importância do dimensionamento de uma Educação Ambiental que busca romper com a lógica hegemônica imposta para viabilizar aos sujeitos sua emancipação e a conquista de uma cidadania que reconheça todas as formas de existência.

Desta forma, para atender ao objetivo, nos parágrafos subsequentes, numa perspectiva qualitativo-teórica faço uma abordagem da trajetória histórica da Educação Ambiental e suas vertentes, a fim de contextualizar com o cenário contemporâneo atual numa perspectiva de Educação Ambiental Popular. Apresento também meu percurso de vida, a partir da narrativa especialmente de alguns fatos que contribuíram para minha formação, e a importância do movimento negro na construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

1.1. Educação Ambiental Popular: uma alternativa dialógica para a superação das desigualdades

O final do século passado foi profundamente marcado pela emergência de uma problemática que passou a ocupar o cerne tanto da opinião pública de forma geral quanto das discussões no seio da comunidade científica em seus diversos seguimentos, qual seja, a problemática ambiental. Segundo Lays:

¹ Racionais MC's é um grupo brasileiro de rap, fundado em 1989, é formado por Mano Brown, Edi Rock, Ice Blue e DJ KL Jay. É o maior grupo de Rap do Brasil e está entre as bandas mais influentes do país. Suas canções demonstram a preocupação em denunciar a destruição da vida de jovens negros e pobres das periferias brasileiras e o resultado do racismo e do preconceito, ao sustentarem a miséria diretamente ligada com a violência e o crime.

Passamos a ter presente no nosso quotidiano o discurso de que a fórmula milagrosa de dominação da natureza - anunciada por Descartes e Bacon - teria falhado e que a utilização predatória dos recursos não renováveis e o consumo ilimitado característico das sociedades modernas ocidentais poderiam conduzir-nos a um destino catastrófico. E, no limite, ao fim da existência humana sobre a terra (2012, p.86).

O consenso a respeito da existência de uma problemática ambiental apresenta-se para além da clássica preocupação com a relação entre a utilização e o esgotamento dos recursos naturais, mas no excessivo consumo desses recursos por uma pequena parcela da humanidade e no desperdício e produção de artigos inúteis e nefastos à qualidade de vida (REIGOTA, 1994). Trata-se de compreender que a referida “questão ambiental” merece não somente ser tratada no plural, como também ter reconhecida sua problemática dimensão completamente socializada. Jamais restrita às questões que tangem à necessidade de economizar os recursos finitos do planeta, ela abrange o questionamento a respeito dos fins para os quais nós nos apropriamos destes recursos. Para Silva:

As questões e os conflitos ambientais seriam considerados então, em termos de distribuição e de justiça, afastando-se da visão que concebe a natureza como uma questão de gestão, exterior à sociedade e a ser equacionada nos parâmetros da tradição racionalista burocrática e iluminista, sintonia com a concepção hegemônica de desenvolvimento (2012, p.86).

Percebemos a impossibilidade de reduzir o meio ambiente à quantificação de seus recursos e à energia que dele se pode extrair, numa total separação entre ambiente e sociedade. Nesta perspectiva, Reigota define meio ambiente como:

um lugar determinado e/ou percebido onde estão em relações dinâmicas e em constante interação os aspectos naturais e sociais. Essas relações acarretam processos de criação cultural e tecnológica e processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e políticos de transformação da natureza e da sociedade (1994, p.21).

Há necessidade imperiosa de superação da dicotomia entre Sujeito/Natureza, que atualmente é um dos maiores desafios a ser ultrapassado na busca por uma sociedade mais justa e igual para todos, assim estabelecendo uma alternativa para a construção de um projeto societário que contemple todas as formas de existir, sendo a retomada do meio ambiente em suas múltiplas dimensões parte indissociável para a existência humana e o grande desafio da

Educação Ambiental. Segundo Freire: “É importante que neste processo de conscientização² os sujeitos se reconheçam no mundo e com o mundo, havendo a possibilidade de que na transformação do mundo, transforme a si mesmo” (1996, p.35).

A Educação Ambiental, surgida e consolidada em um momento histórico de grandes mudanças no mundo, ainda apresenta diversas concepções que irão ser abordadas no decorrer do texto. No entanto, já se pode compreendê-la como “como educação política, no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza” (REIGOTA, 1994, p.10). Esta abordagem da Educação Ambiental vem revelando que precisamos entender as constantes mudanças na forma de viver e de se relacionar com o planeta. A Educação Ambiental não pode ser vista apenas como uma ferramenta de solução de problemas, mas “[...] uma dimensão essencial da educação fundamental que diz respeito a uma esfera de interações que está na base do desenvolvimento pessoal e social: a da relação do meio em que vivemos, com essa casa da vida compartilhada” (SAUVÉ, 2005, p.317).

É também neste sentido que se coloca Reigota (1994) ao observar que a Educação Ambiental, como perspectiva educativa, perpassa as diversas dimensões - social, econômica, política - quando analisa temas que permitem focar as relações entre a humanidade, o meio natural e as relações sociais, sem deixar de lado as suas especificidades.

Nesse sentido, a discussão sobre a Educação Ambiental precisa ser ampliada de forma a proporcionar um processo de conscientização por parte de todos, o que envolve ações e compromissos mútuos. A ausência desse comprometimento com as questões socioambientais desencadeia problemas, afetando as relações com a sociedade, a educação e o meio ambiente.

É importante destacar que, a despeito da preponderância de um viés de preservação, em que a Educação Ambiental foi apresentada como uma modalidade preocupada somente com as questões voltadas ao ambiente natural, ela ultrapassa essa perspectiva.

² A conscientização é uma categoria freiriana que evidencia o processo de formação de uma consciência crítica em relação aos fenômenos da realidade objetiva. Nesse sentido, a transformação social passa necessariamente pelo desenvolvimento coletivo de uma consciência crítica sobre o real e, portanto, pela superação das formas de consciência ingênua. Num sentido político, o conceito de conscientização do qual fala Freire abrange a consciência de classe, como o processo pelo qual as classes desfavorecidas se reconhecem enquanto classe e também reconhecem na realidade as relações que as oprimem e as exploram, impedindo-as, conforme termo de Freire, na permanente busca de “ser mais”. É assim que a Educação, sem a qual a transformação não se faz, quando voltada diretamente para uma prática da liberdade, inclui neste processo necessariamente o desenvolvimento de uma consciência crítica em relação à realidade que condiciona os seres humanos socialmente. Nesse sentido, a formação de uma consciência crítica coletiva é a condição fundamental para a transformação, ou seja, a base de sustentação para a produção de uma nova organização social onde não se negue aos seres humanos a sua razão de existir: a busca constante do vir-a-ser, ou o ser-mais (DAMO, 1988, p.6).

A partir das várias dimensões e perspectivas que a Educação Ambiental alcançou ao longo dos tempos, Layargues (2012) construiu três macrotendências onde contempla estas diferentes correntes de pensamentos: a conservacionista, a pragmática e a crítica.

As duas primeiras macrotendências citadas possuem grandes semelhanças em suas perspectivas, estando ambas a serviço da realidade posta, portanto, do capitalismo. Pautadas em manter e conservar a ordem econômica mundial, não incidem no cerne da questão social, atuando com medidas paliativas sem considerar o sistema educacional, econômico e político como os principais causadores da crise ambiental, perpetuando em suas estruturas e valores o modelo societário vigente.

A macrotendência conservacionista se expressa através das correntes conservacionistas, naturalistas, da Alfabetização Ecológica e do Movimento *Sharing Nature*, ou seja, expressões que vinculam Educação Ambiental à “pauta verde” como ecoturismo, trilhas interpretativas, biodiversidade, unidades de conservação, biomas específicos, escotismo, observação de aves, algumas dinâmicas agroecológicas e de senso percepção. Já a macrotendência pragmática

abrange as correntes da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e para o Consumo Sustentável, responde à “pauta marrom” por ser urbano-industrial antes focada no lixo, coleta seletiva e reciclagem dos resíduos, se amplia na virada do século para o Consumo Sustentável e atualmente converge com os temas da Mudança Climática e da Economia Verde. Apóia-se nas tecnologias limpas, ecoeficiência empresarial, sistemas de gestão ambiental, criação de mercados verdes (como o mercado de carbono), serviços ecossistêmicos, racionalização do padrão de consumo, impacto zero, criação de indicadores de sustentabilidade (como a “pegada ecológica”), entre outros. Mantém relação com Agenda 21, Ecodesign, arquitetura, urbanismo e administração sustentáveis, empregos verdes e ecotrabalho (LAYARGUES, 2012, p.393).

Por outro lado, a corrente de pensamento representada pela macrotendência crítica, conduz-nos a um viés da Educação Ambiental voltado à transformação social positiva a partir do pensamento crítico, que propõe um rompimento com a ordem social hegemônica. Nesta macrotendência, a ruptura com o sistema econômico vigente é o desafio que se apresenta para a construção de uma sociedade justa e igual para todos. Nas palavras de Layargues:

A macrotendência Crítica, por conceder o problema social associado ao conflito social e incluir no debate a compreensão dos mecanismos da reprodução social e de que a relação entre o ser humano e a natureza é mediada por relações socioculturais e de classes historicamente construídas, por apresentar uma abordagem pedagógica contextualizadora e problematizadora das contradições do modelo de desenvolvimento e dos mecanismos de acumulação de capital, por luta contra as formas de autoritarismos, opressão, exploração e domínio, por politizar o debate ambiental, articular as diversas dimensões da questões ambientais e sustentabilidade e por buscar o enfrentamento político por meio da pedagogia do conflito para a superação da

desigualdade e injustiça ambiental, sua própria natureza parecer ser a expressão político-pedagógica que mais se aproxima da radicalidade da crítica anticapitalista e da construção de um projeto societário alternativo (2012, p.408).

O poder transformador da Educação Ambiental Crítica vai além, constituindo-se também em uma Educação Ambiental Popular enquanto espaço de autonomia e emancipação³ do sujeito para uma atuação crítica, consciente e contra hegemônica:

[...] Construída em oposição às vertentes conservadoras no início dos anos 90, é resultado da insatisfação com o predomínio de práticas educativas sempre pautadas por intencionalidades pedagógicas reducionistas, que investiam apenas em crianças nas escolas, em ações individuais e comportamentais no âmbito doméstico e privado, de forma a-histórica, apolítica, conteudística, instrumental e normativa. Se nutre do pensamento Freiriano, Educação Popular, Teoria Crítica, Marxismo e Ecologia Política. Por ter forte viés sociológico, introduz conceitos-chaves como Política, Ação Coletiva, Esfera Pública, Cidadania, Conflitos, Democracia, Emancipação, Justiça, transformação Social, Participação e Controle Social, entre outros (LAYRARGUES, 2012, p.404).

Logo, uma vez que as macrotendências conservacionistas e pragmáticas são vistas, em alguns momentos, como ingênuas e superficiais dado seu reduzido potencial transformador, é a macrotendência crítica que se apresenta mais do que como uma oposição a essas vertentes, mas como o caminho mais adequado para a transformação social necessária. Numa perspectiva de Educação Ambiental Crítica e Popular, ela se revela como:

Uma proposta de educação libertadora surgiu com o pensador e educador Paulo Freire, que em toda sua trajetória, tanto pessoal como profissional, demonstrou que a educação liberta das amarras historicamente impostas e que somente no coletivo podemos causar transformações efetivas e é pela educação que construímos este caminho (MARUBAYASHI; GIOMETTI, 2003, p.05).

A Educação Popular é um movimento pedagógico e político tipicamente latino-americano. No Brasil, Paulo Freire foi um dos principais disseminadores desta pedagogia. Embora o movimento tenha surgido antes, ele ganhou força nos anos 60, no contexto de resistência as ditaduras militares. A Educação Popular defende que só pode haver uma sociedade justa e democrática se as classes oprimidas e discriminadas tomarem consciência de

³ Segundo Loureiro: “Emancipação, para o pensamento crítico, é o movimento histórico realizado por pessoas postas em condições objetivas de dominação e subalternidade produzidas pelas formas de expropriação capitalista e pelas relações alienadas que as constroem. Assim não é a ação de um indivíduo isolado e racionalmente preparado para agir, mas a superação objetiva das relações sociais que nos limitam enquanto humanidade e impõem uma forma destrutiva de nos relacionarmos com a natureza” (2019, p.23).

suas condições de vida e das raízes dos problemas que as afetam. Desta forma, um dos principais objetivos suleadores da Educação Popular é compreender todo e qualquer ser humano como um produtor de conhecimento.

A perspectiva crítica da Educação Ambiental apresentada revela a importância de pensá-la sob o ponto de vista da Educação Ambiental Popular, pautada no pensar e agir reflexivo. Isto resulta em entendê-la como educação política, isto é, um espaço que reivindica e prepara os cidadãos para a cidadania⁴ nacional e planetária, a autogestão e a ética nas relações sociais e com a natureza:

Fala-se em ‘cidadão e cidadã do mundo’ e na importância de sua participação na definição de um projeto econômico, portanto político. A educação ambiental deve orientar-se para a comunidade. Deve procurar incentivar o indivíduo a participar ativamente da resolução dos problemas no seu contexto de realidades específicas (REIGOTA, 1994, p.11)

É sob este ângulo que se pensa nesta pesquisa a Educação Ambiental Popular: como o espaço político que busca um horizonte de compreensão do fazer e teorizar a pauta ecológica e que permite a emergência do diálogo entre os sujeitos, suas vivências, leituras de mundo e experiências vividas, partindo de um viés de encontro com o outro, com o mundo e consigo mesmo. Para Pereira, Claro e Pereira:

Considera-se que a proposta ganha viabilidade ao reconhecer que a Educação Ambiental Popular vai além de um instrumento de mudança cultural ou comportamental, mas representa uma reivindicação de rever os fundamentos neste campo educativo, de maneira a superar as concepções dicotômicas (como ‘Humanidade/Natureza’; ‘Teoria/Prática’, ‘Saber/Conhecimento’). Deste modo, a Educação Ambiental Popular é um espaço educativo onde coexistem subjetividades diversas, abarcando diferentes saberes, de maneira a assumir o diálogo enquanto experiência coletiva num viés solidário. Esta dinâmica faz emergir um conhecimento novo a partir destas relações tramadas na pluralidade. Por isso, identifica-se enquanto princípio as redes tramadas na coletividade, solidariedade e no diálogo (2019, p.11).

A Educação Ambiental Popular aqui proposta configura um viés na luta por justiça e igualdade, pois suas reflexões e práticas partem do rompimento com a lógica opressora, imposta pelo poder hegemônico:

Logo, defende-se que a Educação Ambiental Popular, aposta em outras maneiras de educar pois contempla a conduta histórica; haja vista que busca

⁴ Para Paulo Freire, cidadão significa “indivíduo no gozo dos seus direitos civis e políticos de um Estado” e cidadania “tem que ver com a condição de cidadão, quer dizer, com o uso dos direitos e o direito de ter deveres de cidadão” (FREIRE, 1990, p.50).

fazer com que as visões ecológicas de mundo sejam postas em debate, entendidas, interrogadas e incorporadas na sociedade, bem como nas manifestações culturais. Desse modo, acredita-se na Educação Ambiental Popular enquanto concepção que acolhe outras formas de ser e estar no mundo na busca pela construção de fundamentos capazes de contribuir com a pauta ambiental (PEREIRA; CLARO; PEREIRA, 2019, p.7).

A Educação Ambiental Popular pode ser decisiva para a transformação social, atuando na formação de cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres. Os problemas ambientais foram criados por homens e mulheres e deles deverão vir as soluções por meio de uma atuação coletiva que concretize a luta por justiça e igualdade. Brandão afirma, neste sentido, que a Educação Ambiental Popular parte da consciência da sustentabilidade, o que só pode ser concretizado a partir da observação de todas as dimensões que compõem a sociedade “partindo de uma equidade que compreenda a diversidade presente nas diversas culturas, regiões, étnico-raciais, de gênero enfim, a diversidade das representações e formas que se expressa a vida humana” (BRANDÃO, 2006, p. 36).

Na luta por uma sociedade mais justa e igualitária, a Educação Ambiental Popular tem como base epistemológica a relação entre conhecimento e poder, o reconhecimento, a valorização dos saberes diversos e da racionalidade científica, problematizando as teorias que distinguem teoria e prática.

Freire (1999) afirma que a partir dos saberes da vida dos sujeitos é que se desenvolvem práticas emancipatórias e coletivas. Isso significa propor um novo olhar sobre questões que estão no âmbito educativo.

Ainda acerca da Educação Ambiental Crítica Popular, Tonso aponta que ela se caracteriza como uma:

- visão política de mudança de valores;
- crítica às concepções vigentes (ou à falta de concepções) de “desenvolvimento sustentável”⁵;
- compreensão mais profunda dos processos sociais e culturais que levam às iniquidades e aos profundamente desiguais acessos das diferentes populações às riquezas ambientais;

⁵ Apesar da expressão utilizada pelo autor, há que se registrar que a ideia de desenvolvimento sustentável foi construída a partir da lógica desenvolvimentista (possibilidade de progresso e crescimento ilimitado para qual o modelo era a sociedade de consumo americana), prometendo o atendimento das necessidades humanas pela via do crescimento econômico e da modernização tecnológica (SCOTTO; CARVALHO; GUIMARÃES, 2011, p.17). Por esta razão, prefiro a utilização do termo Sustentabilidade, compreendido como um processo que se preocupa em contemplar as dimensões econômica e cultural integrando estas: à “subsistência (garantindo a existência biológica); [à] proteção; [ao] afeto; [à] criação; [à] produção; [à] reprodução biológica; [à] participação na vida social, [à] identidade e [à] liberdade. Portanto, sustentável não é o processo que apenas se preocupa com uma das duas dimensões, mas precisa contemplar ambas, o que é um enorme desafio diante de uma sociedade que prima pelos interesses econômicos acima dos demais” (LOUREIRO, 2012 p. 56).

- compreensão dos processos de produção, aí incluídas as formas de obsolescência programada e perceptiva;
- compreensão e desvelamento dos processos que nos impelem ao consumo, aí transformado em consumismo;
- construção de conhecimentos por meio do diálogo entre diferentes formas de saber;
- não hierarquia entre esses diversos saberes;
- trabalho coletivo como estratégia político-metodológica. (2010, p.10)

Desta caracterização, Marubayashi e Giometti (2003) indicam que é possível perceber o contexto social e histórico em que a problemática ambiental se envolveu, devendo ser considerada a responsabilidade do capitalismo neste cenário.

Assim, a Educação Ambiental Popular compreende intencionalidade emancipatória, em que esta ocorre por meio do diálogo que conduz os sujeitos à visão crítica acerca das relações sociais de produção que perpetuam discursos e práticas hegemônicas. Isto significa propor um novo olhar sobre o processo de construção de conhecimento, o qual aponta para uma nova ontologia em que a concepção de totalidade de ambiente, pluralismo de ideias e a integralidade do mundo da vida esteja no cerne:

Também se concluí que a EA popular é o caminho que se mostra mais coerente com a construção de uma sociabilidade oposta a esta vigente, deste modo, a construção do debate neste sentido de refletir sobre como a questão ambiental está sendo conduzida e se está contemplando a sociedade em todas as suas dimensões, não é somente de interesse dos profissionais especializados na área ambiental ou da educação, mas de todas as pessoas envolvidas neste processo, ou seja, todo a população (MARUBAYASHI; GIOMETTI, 2003, p.13).

Os movimentos sociais de todos os seguimentos são alternativas de promoção da Educação Ambiental Popular, sendo a figura do Educador Ambiental Popular e o espaço que se constrói através desta educação a sintonia na construção de um conhecimento que prioriza a emancipação dos sujeitos envolvidos nesta dialógica. De acordo com Brandão:

O lugar estratégico que funda a educação popular é o dos movimentos e centros de cultura popular: movimentos de cultura popular, centros populares de cultura, movimentos de educação de base, ação popular. Mesmo quando realizado em serviços de extensão de universidades federais (como a de Pernambuco, onde Paulo Freire começou a descobrir-se em seu método de alfabetização), em setores do Ministério da Educação (desde onde seria desencadeada a Campanha Nacional de Alfabetização), ou em agências criadas por convênios entre a Igreja Católica e o Governo Federal (como o Movimento de Educação de Base), o que tornou historicamente possível a emergência da educação popular foi a conjunção entre períodos de governos populistas, a produção acelerada de uma intelectualidade estudantil, universitária, religiosa e partidariamente militante, e a conquista de espaços de novas formas de organização das classes populares (2006, p.46).

É fundamental ressaltar a importância das lutas por justiça e igualdade travadas pelos movimentos sociais na América Latina e no Brasil. Lutas que demarcam a superação dos valores presentes em uma sociedade opressora. Dentro desta perspectiva, trago a narrativa da Educadora Popular Maria da Graça da Silva Amaral, mulher negra ativista social que dedicou e dedica sua vida às questões que tangem à emancipação dos sujeitos oprimidos pelo sistema opressor, sendo seu foco de atuação as questões relacionadas a raça e gênero. As ações que configuram a trajetória de Maria da Graça da Silva Amaral buscam trazer valorização, justiça e igualdade à população negra local e estadual em um movimento que rompa com lógica de um sistema opressor, racista e machista:

A Educação Ambiental Popular contribui para uma conduta menos dual no horizonte da educação integral; pois instiga a crítica acerca das segregações que alimentam a lógica opressora. Pensar o ambiente, a natureza, a humanidade e as sociedades é construir uma nova conduta e no horizonte das compreensões, presente na postura hermenêutica, essa distinção entre teoria e prática são inconcebíveis (PEREIRA; CLARO; PEREIRA, 2019, p.05).

A Educação Ambiental Popular é a ferramenta suleadora na observação da trajetória de vida de Maria da Graça da Silva Amaral, com o intuito de reconhecer em suas atividades como ativista social, através do movimento negro, a concretização das perspectivas trazidas pela Educação Ambiental Popular no que tange à reflexão acerca das construções sociais, culturais e políticas excludentes da sociedade.

Apresentar a narrativa de Maria da Graça da Silva Amaral como objeto desta pesquisa é verificar a importância da construção de uma Educação Ambiental Popular na atual sociedade. As atuações que configuram a vida de dedicação ao ativismo social são inúmeras no decorrer da sua vida, destacando-se as atividades de movimentação social em vias públicas, oportunizando a participação de toda a comunidade local. Na imagem abaixo, Maria da Graça participa de atividade do Movimento Popular de Cultura Afro, na luta pelo fim do preconceito e em homenagem aos cultos de matriz africana, comemorado no dia 15 de novembro, dia da Umbanda.

Figura 1. Caminhada no centro histórico de Rio Grande em ato comemorativa ao dia da Umbanda



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

O histórico de atuação social da ativista Maria da Graça da Silva Amaral justifica a importância da compreensão de uma perspectiva de Educação Ambiental Popular para que, a partir de uma narrativa concreta, dimensionem-se as problemáticas ambientais que apontem as injustiças socioambientais sofridas pela população negra.

Além disso, é preciso que eu registre que a narrativa da trajetória de vida de Maria da Graça da Silva Amaral está diretamente ligada à minha existência, pois como filha desta ativista tenho o privilégio de vivenciar grande parte desta trajetória de lutas na busca por uma sociedade justa e igualitária.

Desta forma, a seguir, apresento um pouco da minha história, relatando alguns fatos que contribuíram para a minha constituição enquanto ser humano e para minha formação enquanto educadora e pesquisadora das temáticas sociais, com ênfase nas questões raciais. Revela ainda a presença significativa da Educação Ambiental na minha práxis⁶.

1.2. Das raízes quilombola à Pós-graduação contrariando as estatísticas: os desafios da mulher negra dentro de uma sociedade racista

A presente pesquisa está intimamente relacionada com a minha trajetória de vida, pois a luta por igualdade e justiça racial é intrínseca à minha existência. Sou mulher quilombola, da comunidade remanescente *Macanudos*, onde minhas raízes surgem em uma comunidade negra constituída e liderada majoritariamente por mulheres negras, sendo minha tataravó Maria B'gala, a matriarca da comunidade, e minha mãe Maria da Graça Amaral, a liderança atual.

⁶ Práxis é entendida como reflexão sobre ação em determinado contexto, lugar e espaço, com vistas à transformação da realidade e dos processos de resgate e de formação da humanidade (FREIRE, 2003).

A memória acessada pelos membros da nossa família Macanudos é marcada pela presença de seus antepassados ainda no período da escravidão. Conta-se que minha tataravó escravizada, Maria B'gala, veio do estado do Maranhão como castigo para trabalhar na região da Quitéria, antiga zona nobre da Vila da Quinta no município do Rio Grande, com a finalidade de servir a família Amaral.

A comunidade remanescente Macanudos é a primeira comunidade quilombola reconhecida e certificada na cidade do Rio Grande no estado do Rio Grande do Sul. Este reconhecimento resultou de um trabalho de pesquisa realizado pela Universidade Federal do Rio Grande, através do Programa Extensão Comunidades FURG-COMUF, que deu origem a um artigo acadêmico da Mestra Treyce Ellen da Silva Goulart (2013). A partir desta pesquisa foi registrada a história oficial da comunidade Macanudos e posteriormente reconhecida pela Fundação Palmares.

Maria B'gala trabalhava com o plantio e, em determinado momento, encontra uma pataca de ouro. Com essa moeda, compra um bilhete da Sorte Grande e, tendo ganho o prêmio, adquire a liberdade para si e para seus dois filhos. Logo após, retorna para o Maranhão já com o sobrenome doado pela família Amaral, seus antigos donos. Um dos seus filhos Gregório Amaral permanece na região da Quitéria, ali estabelecendo moradia e família.

A família Macanudos se constitui durante muito tempo naquele espaço, casando e construindo suas casas próximas umas das outras, dando continuidade às suas atividades econômicas. Por exemplo, os enrestiadores de cebola, atividade exercida já desde a escravidão, tanto pelos homens como pelas mulheres e crianças. Além deste trabalho de plantio e comercialização de cebolas, conhecido em toda a região inclusive no Uruguai, também faziam artesanatos com junco.

Com o tempo, a família Macanudos perde grande parte das terras por meio da invasão de cercanias vizinhas. Na década de 1980 ocorre a saída definitiva da região da Quitéria e, por consequência, a radical transformação do modo de vida das famílias. Em suas terras, como ainda se referem os troncos mais velhos da família, moraram em média 50 pessoas que viviam de forma comunal: por meio de troca interna, era garantida a subsistência dos membros familiares. Era possível a criação de animais, a pescaria, o plantio de cebola para vender e artesanato por meio da réstia de cebola e do junco, além do cultivo de alimentos para o consumo.

As raízes quilombolas que constituem minha família sempre foram muito presentes no meu cotidiano. Mesmo sem ter a nitidez da importância histórica da qual faço parte, o fato de ser quilombola Macanuda fortaleceu ainda mais a minha consciência sobre lutar e resistir ao sistema.

Nasci no município de Rio Grande no estado do Rio Grande do Sul, no ano de 1983, na mesma década da fundação dos movimentos negros organizados no Brasil. Entre alguns movimentos surgidos na época, há o *Movimento Popular de Cultura Afro*, o qual é liderado até hoje por minha mãe e que certamente foi um dos meus primeiros espaços de educação. Nas palavras de Gomes, “O Movimento Negro é um educador” (2018, p.13).

O privilégio de vivenciar, desde muito cedo, através dos movimentos sociais, os espaços de diálogos, saberes, artes, construções coletivas, mobilizações, grupos de pesquisa, fóruns, seminários, oficinas, conferências, entre outras formas de organizações sociais de iniciativas governamentais e não governamentais, contribuiu substancialmente para a minha formação em quanto mulher negra de luta. Isto porque:

Os movimentos sociais são produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não hegemônicos e contra hegemônicos da nossa sociedade. Atuam como pedagogos nas relações políticas e sociais. Muito do conhecimento emancipatório produzido pela sociologia, antropologia e educação no Brasil se deve ao papel educativo desempenhado por esses movimentos que indagam o conhecimento científico, fazem emergir novas temáticas, questionam conceitos e dinamizam o conhecimento (GOMES, 2017, p.16).

O orgulho de ser negra, a luta pelo reconhecimento e a valorização da cultura e história negra são constantes na minha vida, sempre foram características marcantes na minha trajetória, expressando-se através de muito elementos culturais característicos da população negra, entre eles o sorriso negro e as vestimentas, características da minha família.

A foto abaixo ilustra um pouco da minha infância no que tange ao orgulho de nossas raízes africanas traduzidas em nossas roupas de festas alusivas às comemorações da cultura brasileira:

Figura 2. Família de Maria da Graça da Silva Amaral trajadas para as festas Culturais



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Aos quatro anos de idade já participava de um grupo de dança Afro articulado pelos agentes da então Pastoral do Negro⁷. Foi quando pela primeira vez ouvi a história de Zumbi dos Palmares e, mesmo com tão pouca idade, já consegui entender o quanto era importante seguir na luta por justiça e igualdade racial, iniciada pelo nossos ancestrais. Daquele tempo ficou a canção que entoávamos e que carrego em minha alma até hoje:

Ei Zumbi, Zumbi ganga meu rei você não morreu, você está em mim.
 Ei Zumbi, os novos quilombos com seus quilombolas lutam para resistir.
 Ei Zumbi, seu sangue semeou coragem em nossa gente que luta com fervor.
 Ei Zumbi, nossa terra é fértil, outros como você também tomaram o chão. E muitos tombarão enquanto houver a luta pela libertação (NEABI, 2019).

A despeito de meu orgulho negro, no decorrer da minha vida escolar, senti na pele a discriminação e desigualdade racial, seja por ações racistas praticadas pelos meus colegas diante da omissão dos professores, seja por estar em um ambiente que não reconhecia e nem valorizava minha cultura. Por entender desde muito cedo o valor da minha raça e sentir orgulho de ser negra, foram muitas as dificuldades enfrentadas na minha infância. Ser negra nunca configurou uma ofensa para mim, mas sentia em algumas pessoas que isso as ofendia e davam-lhes o direito de me inferiorizar. Mesmo assim nunca deixei de estar nos lugares e seguir em frente com orgulho e buscando mostrar para todos o valor do povo negro.

As atividades relacionadas à difusão e valorização da cultura negra em diversos espaços culturais populares, integram a minha caminhada. Na imagem abaixo, apresento uma das muitas

⁷ Articulações, a nível nacional, da igreja católica, na época com intuito de aproximar a comunidade negra das paróquias, sendo aqui na cidade, a Paróquia São Judas Tadeu, através do agente da pastoral do negro, o senhor Hélio Brasil, a referência para os movimentos negros locais.

participações minhas nos desfiles de trajes típicos da cultura negra. Esta foi realizada no teatro da Universidade Federal do Rio Grande nas comemorações ao 20 de novembro, dia da Consciência Negra, nos primeiros anos da década de 90 do século passado:

Figura 3. Desfile temático no teatro da Universidade Federal do Rio Grande



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

No ensino médio optei pelo curso de magistério por diversos motivos, que iam além da minha vocação docente: pelo anseio por justiça racial dentro das instituições de ensino e por acreditar que a profissão de professora era um dos poucos espaços profissionais de grande atuação das mulheres negras. Ambiente este em que as mulheres possuíam voz e vez na disseminação da cultura e valorização da cultura negra nos espaços de formação.

O curso de magistério realizado em uma instituição pública de ensino, neste caso com a finalidade de preparar novos educadores, em que mais uma vez presenciei o racismo institucional latente. Obtive minha formação educacional, enquanto professora fundamentada em um currículo que não previa nem questionava as diversidades raciais e o quanto isso era importante para a formação integral dos alunos. As questões ligadas à população negra eram sempre pontuais e não tinham o intuito de valorizar a história e cultura negra; por vezes eram situações que desvalorizavam ainda mais a situação do negro no país e no mundo. Isto foi frustrante, uma vez que:

A pedagogia da diversidade pode ser considerada como produto da luta contra-hegemônica no campo educacional e está no cerne do processo de emancipação social na educação. Ela poderá ser mais alimentada e desenvolvida se conseguir realizar uma ecologia de saberes, incorporando nesta as últimas dimensões formadoras e conhecimento dos sujeitos sociais: práticas, sentimentos, valores, corporeidade, saberes, gestos, culturas. Por isso tem que ir além da escola (GOMES, 2017, p.135).

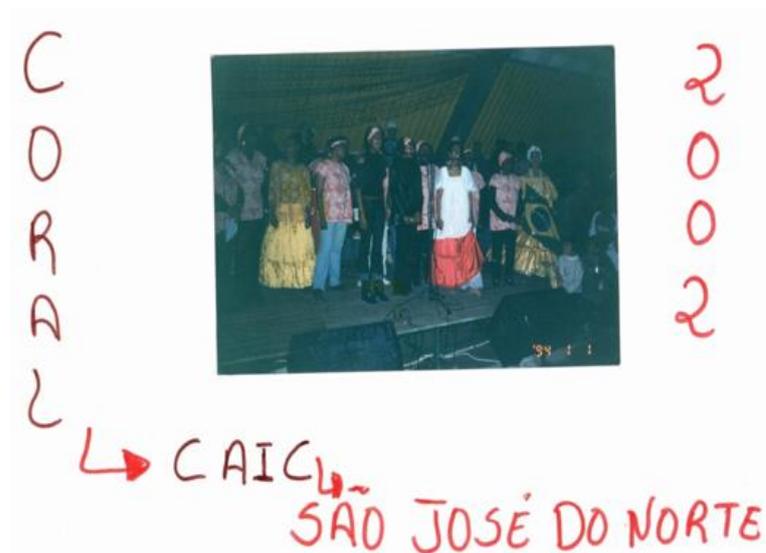
Uma das maiores demandas do movimento negro brasileiro foi a implementação de uma legislação nacional que alterasse as bases do currículo escolar, com o intuito de trazer a obrigatoriedade do ensino da cultura e história dos afro-brasileiros e dos africanos na perspectiva de valorização das nossas raízes históricas e da cultura popular negra que integra a formação cultural do cidadão brasileiro.

O movimento negro em Rio Grande, além de também reivindicar essa demanda a nível nacional, nunca se pautou apenas em cobranças políticas, primando pelas ações concretas em busca da igualdade racial.

Entre as muitas ações afirmativas de iniciativa popular através dos movimentos negros locais, as ações em escola públicas e privadas começaram a ser recorrentes, ainda sem uma legislação específica que determinasse o ensino da cultura e história afro-brasileira. Professores negros e não negros começaram a se articular junto aos movimentos negros locais para trazer novos e necessários saberes para os alunos das escolas.

Na minha adolescência, tive o privilégio de integrar vários grupos de danças e corais, em que realizávamos apresentações em inúmeros espaços culturais e também de formação. A figura ilustrativa abaixo uma apresentação do Movimento Popular de Cultura Afro, o qual eu integrava, na Escola João de Deus Colares/Centro Integral de Assistência à Criança e ao Adolescente - CAIC, em São Jose do Norte, no RS:

Figura 4. Movimento Popular de Cultura Afro em atividade na Escola João de Deus Colares/ Centro Integral de Assistência à Criança e ao Adolescente - CAIC, em São Jose do Norte, no RS.



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

A minha vocação para a área docente após a conclusão do ensino médio, juntamente com o meu anseio por justiça e igualdade racial me direcionou a um curso de licenciatura. Graduada em Letras/Português pela Universidade Federal do Rio Grande, vivi mais algumas tristes experiências neste ambiente, constatando que o racismo está enraizado em todas as estruturas institucionais. Mesmo dentro de um espaço acadêmico, já no ano de 2003, a discriminação, o preconceito e a não valorização da cultura e história da população negra ainda eram uma triste realidade para os alunos dentro da universidade.

Concomitantemente com a minha formação na área da educação, no decorrer de toda a minha vida escolar e posteriormente acadêmica, nunca desisti ou desanimei do enfrentamento ao sistema racista, mantendo-me sempre atuante dentro do Movimento Negro local, regional e estadual.

Figura 5. Apresentação artística cultural na Feira de Artesanato Municipal do Rio Grande/ FEARG



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Diante deste fato, todos os espaços culturais populares que abordavam a cultura local, como a Feira do Artesanato do Rio Grande (FEARG), festas tradicionais do município, atividades culturais de rua e outros espaços populares de difusão e valorização de cultura, tornaram-se espaços de resistência e promoção da cultura negra através da participação do movimento negro na busca por justiça e igualdade racial no Brasil inteiro.

Uma coisa é certa: se não fosse a luta do Movimento Negro, nas suas mais diversas formas de expressão e organização com todas as tensões, os desafios e os limites -, muito do que o Brasil sabe atualmente sobre a questão racial e africana, não teria acontecido. E muito do que hoje se produz sobre a temática

racial e africana, em uma perspectiva crítica e emancipatória não teria sido construído. E nem as políticas de promoção da igualdade racial teriam sido construídas e implementadas (GOMES, 2011, p.18).

O movimento negro como espaço de promoção da Educação Ambiental Popular configura espaços de diálogos e produção de saberes populares, muitas vezes ignorados ou não reconhecidos pela cultura hegemônica. Dar voz e vez às culturas historicamente silenciadas sempre foi uma demanda social dos que lutaram e ainda lutam por igualdade e justiça. Na minha trajetória, em que me constitui como educadora ambiental popular, estar nos espaços e representar minha cultura, meu povo e minhas raízes configura um privilégio desde sempre.

Uma das muitas ações significativas em que participei na luta por justiça e igualdade racial. Foi minha eleição como Embaixatriz Cultural representante da Etnia Negra, em uma edição da FEARG. Neste evento, fui designada para representar a cultura Negra, configurando um espaço de resistência da mulher negra, que representava não apenas a beleza, mas também o conhecimento e a valorização da cultura e história da comunidade negra. Minha participação foi também a denúncia da negação do negro na existência do Brasil e um rompimento com o estereótipo da mulher negra como objeto sexual.

Figura 6. Reportagem do Jornal Agora da Cidade de Rio grande



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

No que se refere a minha vida profissional, sou oriunda do processo seletivo de cotas raciais nos provimentos de cargos públicos do município, fato de que me orgulho muito, pois é uma política pública, resultado de uma demanda histórica do Movimento Negro do Brasil inteiro:

É possível dizer que até a década de 1980 a luta do Movimento Negro, no que se refere ao acesso à educação, possuía um discurso mais universalista. Porém,

à medida que este movimento foi constatando que as políticas públicas de educação, de caráter universal, ao serem implementadas, não atendiam à grande massa da população negra, o seu discurso e suas reivindicações começou a mudar. Foi nesse momento que as ações afirmativas, que já não eram uma discussão estranha no interior da militância, emergiram como uma possibilidade e passaram a ser uma demanda real e radical, principalmente a sua modalidade de cotas (GOMES, 2011, p.33).

Fruto das políticas de cotas, atualmente sou professora da rede pública municipal de ensino, lotada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Cidade do Rio Grande (CAIC), com regência de classe na educação infantil, em uma turma de nível I no turno da manhã, e nos anos finais da EJA, ministrando a disciplina de Ensino Religioso.

Oriunda do processo seletivo de cotas raciais, busco desenvolver minhas atividades profissionais de acordo com as minhas perspectivas de transformação social através da educação, tornando minhas aulas espaços de formação, que respeitem e valorizem as diversas culturas que compõem o nosso país. Minha atuação como educadora também se volta a resgatar a história dos negros na composição social do país, valorizando a riqueza da contribuição da cultura negra para a sociedade brasileira, trazendo para a sala de aula um novo olhar para as questões raciais tão presentes no cotidiano escolar.

Na Educação Infantil desenvolvo anualmente um projeto intitulado Cores e Valores, que traz como temática a História de Zumbi dos Palmares e Dandara, em uma versão adaptada para a Educação Infantil. Este projeto se propõe a romper com a lógica dos estereótipos eurocêntricos, proporcionando um olhar diversificado sobre as diferentes culturas, ou seja, reconhecendo que os negros também são heróis na construção da nacionalidade brasileira.

A criança não nasce racista, a sociedade enraizada em um racismo velado aos poucos vai introduzindo uma imagem distorcida do negro e de sua representatividade social. Desenvolver ações desde a educação infantil na luta contra o racismo é crucial, pois a Educação Infantil é um espaço privilegiado de aprendizagem das questões raciais. Minha sala de aula é assim, sobretudo, um espaço de Educação Ambiental Popular.

Tal projeto, registrado na figura abaixo, permite-me explorar através do teatro, da dança e da música diversos elementos que compõem a cultura e história da população negra de uma maneira dinâmica, profundamente significativa e transformadora, pois é notória a ressignificação da palavra negro entre os alunos.

Figura 7. Seminário POVO NEGRO em movimento, na Universidade Federal do Rio Grande



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Por ter tido o privilégio de reconhecer e valorizar a minha cultura desde sempre, as práticas racistas observadas e vivenciadas durante toda a minha vida nunca me limitaram, pelo contrário, foram forças impulsionadoras que me conduziram a acreditar que a transformação social é possível e que a educação é o único caminho para a construção de um modelo societário alternativo, que rompa com os paradigmas excludentes, principalmente no que tange à mulher negra dentro da sociedade brasileira.

As adversidades trazidas por um modelo societário racista e machista, notoriamente estabelecido no país, não são fatores determinantes para as mulheres negras, as quais com coragem e resistência atuam na transformação social, buscando romper com o não reconhecimento e o silenciamento imposto pelo poder hegemônico ao longo dos séculos. Minha família é constituída predominantemente por mulheres, fortes e guerreiras. A imagem abaixo expressa essa garra e a coragem da mulher negra, rompendo barreiras impostas por um modelo societário racista e patriarcal:

Figura 8. Família de Maria da Graça da Silva Amaral MACANUDA



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Observamos no decorrer dos séculos e até os dias atuais, muitas mulheres negras rompendo essa lógica estabelecida e resistindo ao sistema e, assim, forjando novos caminhos. Entre essas mulheres identifico a Griô⁸ Maria da Graça da Silva Amaral. Uma das grandes referências da resistência negra dentro da cidade de Rio Grande e da Região Sul do estado, ela atua há décadas dentro dos movimentos sociais na luta por transformação social através da Educação Popular enquanto educação crítica da realidade e emancipadora daqueles que têm a voz negada e silenciada.

Assim, esta pesquisa nasceu a partir da minha constituição, das minhas vivências e percepções, em uma perspectiva de Educação Ambiental Popular Crítica produzida através da educação em espaços formais e não formais. Nesse sentido a afirmação de Loureiro (2012, p.41), para quem a “Educação Ambiental é uma perspectiva que se inscreve e se dinamiza na própria educação, formada nas relações estabelecidas entre as múltiplas tendências pedagógicas e do ambientalismo, que têm no ambiental e na natureza categorias centrais e identitárias”. Tendo a oportunidade de acompanhar toda a vida de militância social de Maria da Graça da Silva Amaral e construindo-me enquanto cidadã negra a partir dessa história identifico o histórico de luta social de minha mãe dentro de uma perspectiva de produção de Educação Ambiental Popular.

A partir deste olhar, da Educação Ambiental Popular Crítica, no próximo capítulo traço a história do movimento negro no Rio Grande do Sul e na cidade de Rio Grande.

⁸ O termo Griô tem origem nos músicos, genealogistas, poetas e comunicadores sociais, mediadores da transmissão oral, bibliotecas vivas de todas as histórias, dos saberes e fazeres da tradição, sábios da tradição oral que representam nações, famílias e grupos de um universo cultural fundados na oralidade, em que o livro não tem papel prioritário, e que guardam as histórias e as ciências da comunidade, das regiões e dos países (NACIONAL, 2021).

CAPÍTULO 2. O MOVIMENTO NEGRO NO RIO GRANDE DO SUL: DA OCULTAÇÃO DAS RAÍZES À LUTA POR RECONHECIMENTO⁹



A imagem acima demonstra a situação econômica e social do negro no Brasil. Perante aos quase quatrocentos anos de escravidão, a população negra, após este triste processo de escravidão e exploração, não conseguiu ainda superar a estrutura racista. Fomos tirados das senzalas e deslocados para as favelas, continuando expostos a todos os tipos de opressão e exploração. Assim, reafirmo que as lutas por direito e igualdade racial constituem a história de resistência do negro na sociedade que ainda busca valorização, reconhecimento e respeito.

Neste capítulo, numa abordagem qualitativa-teórica, a partir de técnicas bibliográfica e documental, tenho como objetivo trazer a história da formação da identidade do negro no Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul. Para tanto, apresento a história de opressão dos mesmos

⁹ A figura (9) que abre este capítulo é a imagem da desigualdade econômica atual do negro no país, ocasionada pelo processo de escravidão.

na construção social do país especialmente a partir do surgimento de organizações sociais que configuram movimentos negros de resistência aos processos de violência e dominação.

Trago, ainda, a história do movimento negro da cidade do Rio Grande, abordando a inserção e organização do movimento negro na cidade de acordo com as perspectivas nacionais. Em um primeiro momento, com intuito de inserir o negro nos modelos sociais eurocêntricos e, posteriormente à ditadura, o surgimento de uma nova perspectiva de valorização das raízes africanas.

2.1. O negro na formação cultural do Brasil: As lutas de resistência e valorização do negro no Rio Grande do Sul

A história dos negros no Brasil é também a história do movimento negro, uma vez que a resistência dos negros inicia no país com a chegada dos mesmos, logo no início da colonização portuguesa. Na história do Brasil, a figura do negro esteve ligada à manutenção do bem estar das classes dominantes no papel de escravizado, forjando e perpetuando um comportamento naturalizado como conservador e desigual. A construção social do país faz parte de um processo civilizatório iniciado no projeto de expansão marítima na Europa no século XV. Este modelo eurocêntrico de civilização, a partir de práticas econômicas e políticas decisivas impôs a consolidação do capitalismo como forma social dominante, enquanto outras formas de existir e de organizações sociais foram oprimidas e silenciadas. Loureiro afirma, corroborando Dussel, que a consolidação do capitalismo se deu com base em um movimento duplo, qual seja:

A expansão do comércio e das trocas mercantis, a violenta apropriação privada das terras e a eliminação pela força militar e de Estado de toda e qualquer outra forma de sociabilidade comunitarista, não patriarcal e religiosamente plural que não fosse compatível com o projeto burguês de sociedade na própria Europa. Junto a esse movimento interno, o encobrimento, a subalternização ou mesmo a eliminação de outras civilizações, povos e costumes nas Américas e posteriormente em África com a colonização. Isso se deu por meio do saque brutal de seus saberes e riquezas naturais e do esmagamento de outras sociabilidades que não fossem as impostas desde a Europa (2019, p.38).

É, portanto, neste cenário que o povo negro é visto como elemento servil¹⁰ e acaba por ser escravizado no Brasil. De toda a forma, é preciso dizer que este povo sempre resistiu a essa condição a qual levava os negros a agruparem-se e a articularem alternativas de resistência e de transformação da situação na qual se encontravam. Nestas condições, surge, então, o

¹⁰ Constam nos documentos da época o negro escravizado era denominado “elemento servil” (BUARQUE, 2008, p.34)

movimento negro no país através das primeiras organizações quilombolas, chamadas na época de mocambos, havendo registros históricos das primeiras notícias dos mocambos, em 1575 no período colonial¹¹.

De todas as organizações quilombolas que se têm registro na história do Brasil colônia, Palmares foi a maior comunidade de fugidos, datando de 1597 a primeira referência ao Quilombo dos Palmares, localizado entre os estados de Alagoas e Pernambuco, em uma região no coração do Império Português no Atlântico no Sul – expressão que designa a vasta área atlântica entre a Europa, a América do Sul e a África, onde os portugueses tiveram suas colônias. Situada em uma região com grande abundância de palmeiras, acredita-se que deste fato surge o nome de *Palmares*. Segundo Gomes:

Palmar ou negros dos Palmares – como eram denominados nas documentações – construíam suas aldeias ao longo da serra, numa extensão que podia ir do rio São Francisco ao Cabo de Santo Agostinho. Entre montanhas e florestas de difícil acesso, contavam com a proteção natural. Havia caça e pesca abundantes, frutos e raízes, além de suas plantações (2011, p.13).

Os palmaristas eram exitosos em organizarem-se em ambientes ecológicos complexos, pois mostravam habilidades no que diz respeito às diversidades geográficas locais, talvez, por serem áreas semelhantes aos seus países de origem. Assim, conseguiram compreender a fauna e flora das localidades ocupadas, transformando as complexidades ecológicas em aliadas. Os mocambos eram protegidos, porém, isso não configura isolamento, sendo a economia de Palmares de base agrícola, não destinada apenas à subsistência da população, ficando o excedente do que era produzido como produtos mercantis utilizados nas trocas com moradores e lavradores das vilas próximas. Existia uma forte atividade econômica em Palmares como aponta Gomes:

Farinha, vinho de palma e manteiga eram trocados por armas de fogo, pólvora, ferramentas e tudo mais que precisavam nos mocambos. Mesmo dispersos numa extensa área geográfica, havia comunicação entre as aldeias e acampamentos com atividades econômicas que se contemplavam. Num mocambo, podia ser produzida manteiga de amêndoa de palma, enquanto, em outro, fabricava-se o vinho dessa árvore (2011, p.14).

A grande preocupação das autoridades coloniais da época estavam para além do aumento das fugas, mas com as ocupações de terras férteis e com o aumento populacional de

¹¹ Este capítulo foi construído tomando como textos base: Barbosa (2011), Gomes (2011) e Silva (2009).

Palmares, evidenciando também que as articulações mercantis eram a maior ameaça ao sistema. Para Gomes:

Estava formada ali uma ampla rede social clandestina, na qual não se trocavam apenas bens econômicos. Existiam articulações em tronco dos mocambos, das senzalas das vilas e dos engenhos – como denúncia de que alguns moradores protegiam os negros do Palmar e de que as expedições punitivas fracassavam por conta de informações conseguidas antecipadamente. Houve quem garantisse que pequenos lavradores e mascates mantinham contato com alguns mocambos e mesmo os visitavam visando estabelecer relações comerciais (2011, p.15).

Na metade do século XVII a população palmarista alcançava entre 6 mil e 8 mil pessoas, eram milhares de moradores divididos em aldeias e/ou acampamentos improvisados nas bordas das serras e vizinhanças das vilas. Palmares era dividido em mocambos, os quais recebiam seus nomes de acordo com sua localização ou com o nome de seu chefe. O mocambo denominado Macaco era o principal deles e também o mais habitado, tornando-se o centro político e administrativo, configurando a capital de Palmares. Alguns povoados funcionavam como espaços de preparação para combates, visto a necessidade de uma organização social militar, pois Palmares vivia em permanente estado de guerra e de perseguições por parte das autoridades coloniais.

Os ataques ao decorrer das décadas foram intensos, as tentativas de destruição e a intolerância aos palmaristas fizeram com que as autoridades coloniais enviassem constantemente expedições com a finalidade de destruir Palmares, porém todas fracassadas, por meio das quais eram capturados apenas alguns poucos negros e ocorria a destruição de alguns acampamentos e plantações.

O final da década de 1670 foi marcada por uma repressão a Palmares formada, paradoxalmente, por ataques violentos e tentativas de pacificação. Diante de algumas tentativas de acordo de paz sem êxito, só em 1678, os palmaristas e representantes do governo de Pernambuco teriam selado um acordo. Nele, Ganga-Zumba, o segundo maior líder de Palmares, firmava que estabeleceria seus mocambos num local chamado Cucaú e ali viveria em paz. Essa decisão, de acordo com os portugueses, não foi tomada em consenso nem entre os negros nem entre os portugueses, oportunizando um golpe contra Ganga-Zumba, assassinado pelos próprios palmaristas. Zumbi dos Palmares, o maior líder da história de resistência negra no país, assume a liderança do Quilombo dos Palmares e, em 1681, retoma-se o período de intensas batalhas com a missão de destruir Palmares e seu maior líder, Zumbi.

Em 20 de novembro de 1695, após a destruição de quase todos os mocambos, no Quilombo dos Palmares, Zumbi, o líder negro que assombrava fazendeiros e autoridades nos primeiros tempos de ocupação colonial no Brasil, foi finalmente vencido e morto pelas tropas bandeirantes, lideradas por Domingos Jorge Velhos. O fim heroico e as histórias sobre seus feitos transformaram-se em um símbolo das lutas contra a opressão e, até hoje, inspiram diversos movimentos sociais.

Figura 10. Imagem ilustrativa de Zumbi dos Palmares



Fonte: ISTO É, 2016.

No final do período colonial do Brasil, os quilombos ainda eram espaços de resistência e organização social da população negra no país, porém, já havia um grande número de escravos libertos que também resistiam ao sistema escravocrata em várias regiões do país.

No Rio Grande do Sul, o histórico das comunidades quilombolas ainda vêm sendo mapeado pelo Fundação Palmares e outros órgãos públicos que atuam na identificação das comunidades quilombolas no estado. Segundo estudos apontados por Rubert:

As duas últimas décadas foram marcadas por importantes inflexões nas narrativas produzidas sobre a contribuição dos diversos segmentos étnicos na formação da sociedade sulina. Os estudos antropológicos sobre comunidades negras em processo de auto identificação como remanescentes de quilombos, realizados desde meados de 1990, vêm indicando precisamente para uma rede de territórios étnicos que se estende por todo o estado, malgrado a presença dessas configurações territoriais explicável pela anterioridade da empresa colonizadora em algumas regiões e, conseqüentemente, pela prevalência, por um espaço de tempo, de atividade econômica-produtiva, ancorada no trabalho escravo africano, resultando em um percentual maior de afro-descendentes na composição demográfica de algumas regiões do estado (2010, p.10).

As comunidades quilombolas do Rio Grande do Sul são evidenciadas por relações que se estabelecem com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade¹², a tradicionalidade¹³ e as práticas culturais próprias, sendo os grupos étnicos predominantemente constituídos pelas populações negras rural e urbana responsáveis pela sua autodefinição.

Existe uma grande dificuldade na cartografia das comunidades quilombolas não só no Rio Grande do Sul, mas em todo o Brasil, pois as comunidades quilombolas encontram um desafio ao quererem cartografar uma terra que não é somente física, um chão que se contorna, identidades que por vezes nem são reconhecidas enquanto quilombolas. Para além do território, remete à ideia de construção de um lugar próprio que a partir dos vínculos estabelece a formação destas comunidades quilombolas.

De acordo com balanço do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), realizado no ano de 2006, existem 127 comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul. Cinco delas são urbanas; quatro em Porto Alegre (Alpes, Família Fidelix, Areal/Luiz Guaranha e Família Silva) e uma em Canoas (Chácara das Rosas). Até o presente momento, pelos dados disponibilizados pelo referido instituto citado acima, permanecem em análise para certificação 72 comunidades quilombolas no estado.

No final do período colonial do Brasil, os quilombos ainda eram espaços de resistência e organização social no país, porém, já havia um grande número de escravos libertos que também resistiam ao sistema escravocrata em várias regiões do país. Entretanto foi na Bahia, em 1798, através da Revolta dos Alfaiates que observamos o amadurecimento de um pensamento abolicionista, agora com alguns negros e negras atuando mais significativamente na luta por direitos sociais. Havia seis principais motivos de revolta que fundamentaram o levante da época: a abolição da escravatura, a proclamação da república, a diminuição dos impostos, a abertura dos portos, o fim do preconceito e o aumento salarial. Foi a primeira revolta em que um dos objetivos era o fim da escravidão no país.

Durante as primeiras décadas do século XIX, no período de regência do Brasil Império, a população negra no estado da Bahia organiza várias rebeliões contra a escravidão. A mais importante delas foi a dos Malês, uma rebelião de caráter racial, contra a escravidão e a imposição da religião católica, que ocorreu em Salvador, em 1835. Nessa época, a cidade de

¹²Segundo Loureiro: ancestralidade é a categoria principal para entender os sentidos presentes nas práticas de povos de matriz africana. A dimensão mais visível da ancestralidade é o reconhecimento e a valorização do legado que nos foi destinado a partir de nossos antepassados (2019, p.85).

¹³De acordo com Loureiro: a tradicionalidade configura-se como uma leitura do presente que considera o passado e permite a projeção para o futuro sem perda significativa dos costumes, dos valores, da cultura e dos modos de convivência que se mostraram historicamente viáveis e decisivos para a reprodução de certos grupos sociais ao longo da história (2019, p.87).

Salvador tinha cerca de metade de sua população composta por negros escravos ou libertos das mais variadas culturas e procedências africanas, dentre as quais a islâmica.

Os negros mulçumanos foram os líderes da rebelião, conhecida como dos “malês”, pois este termo designava os convertidos à religião islâmica, os quais sabiam ler e escrever em árabe, sendo a maioria deles “negros de ganhos” - aqueles que exerciam tarefas diversas fora das casas senhoriais. Mediante ao pagamento de uma diária ao seu senhor, estes negros tinham mais liberdade que os escravos das fazendas, podendo circular por toda a cidade com certa facilidade, embora tratados com desprezo e violência.

Em janeiro de 1835, um grupo de cerca de 1500 negros, liderado pelos mulçumanos Manuel Calafate, Aprígio, Pai Inácio, dentre outros, armou uma conspiração com o objetivo de libertar seus companheiros islâmicos e matar brancos e mulatos considerados traidores, fato marcado para ocorrer no dia 25 daquele mesmo mês. Arrecadaram dinheiro para comprar armas e redigiram planos em árabe, mas foram denunciados por uma negra a um juiz de paz. Conseguem, ainda, atacar o quartel que controlava a cidade, mas, devido à inferioridade numérica e de armamentos, acabam massacrados pela Guarda Nacional, pela polícia e pelos civis armados que estavam apavorados com a possibilidade de sucesso da rebelião negra.

Concomitantemente ao período histórico da rebelião dos Malês, inicia-se no Rio Grande do Sul a Guerra dos Farrapos. Um movimento social que destoava das demais revoltas e revoluções do restante do país, sendo de caráter extremamente elitista e com finalidades que não visavam ao fim dos sistemas escravocratas no país. A participação dos negros nesta guerra é marcada pelo maior genocídio na história do Brasil, o Massacre de Porongos¹⁴, que exterminou em uma única noite quase 1000 negros.

Durante dez anos de batalhas no Rio Grande do Sul, entre os farrapos representados pela elite gaúcha, descontente com as políticas desenvolvidas pelo Império, e as tropas imperialistas, os negros gaúchos eram representados pelos “Lanceiros Negros”, os quais lutavam tanto nas tropas farrapas como ao lado dos soldados imperialistas. Os negros envolvidos na guerra não lutavam por seus ideais, apenas participavam da guerra por imposição dos seus senhores e por uma falsa promessa de liberdade após o término da guerra, fato que nunca se concretizou, pois, quando assinado o tratado de paz entre farrapos e imperialistas, os negros foram traídos e mortos.

¹⁴ No Massacre de Porongos, o último conflito da guerra, ocorre uma emboscada contra os Lanceiros e Infantes Negros combinada entre David Canabarro e Duque de Caxias. No dia 14 de novembro de 1844, quase 1000 negros foram assassinados e os que sobreviveram foram enviados à corte brasileira.

Na região Sul do estado do Rio Grande do Sul, em Pelotas e Rio Grande, a introdução do negro se deu de maneira precoce juntamente com o povoamento da região, intensificando-se a partir do final do século XVIII com o desenvolvimento das charqueadas, o que resultou numa das maiores concentrações regionais de negros no extremo sul do estado. Segundo Loner:

Pelotas teria 1.226 escravos em 1814 e 4788 em 1859, alcançando o ápice de 6.526 em 1884, mas decrescendo para 2.831 no ano seguinte, devido à estratégia de transformação dos escravos em contratados. Por fim, em 1887, perto da abolição, teria apenas 338 escravos. No cômputo geral isso significava que este município, sozinho, era responsável pela utilização de quase 10% do total de escravos do estado (2012, p.241).

Embora fosse a charqueada a maior utilizadora de mão-de-obra escrava, esta também era empregada em todo o tipo de trabalho braçal, incluindo o doméstico, e em atividades urbanas, como artistas, carregadores, estivadores, pedreiros, pintores e demais trabalhadores. Nas cidades, as possibilidades de os escravos conseguirem comprar sua liberdade eram maiores. Ao final do Império, muitos deles já haviam se libertado e iniciado a organização étnica nas duas cidades.

Durante o século XIX, com o crescimento do movimento abolicionista, intelectuais negros passam a editar jornais e fundar associações culturais com o objetivo de reivindicar o fim da escravidão. Escritores como Jose do Patrocínio¹⁵, Luís da Gama¹⁶ e as associações abolicionistas se organizam para exigir o fim dos trabalhos escravos no Brasil. Além disso, continuavam as fugas, as rebeliões e as associações de alforriados que juntavam dinheiro para comprar a liberdade daqueles que continuavam escravizados.

No ano de 1888, após séculos de resistência negra, é assinada a Lei Áurea, que determina o fim da escravidão no Brasil. O processo de abolição da escravatura no país foi gradual e começou com a Lei Eusébio de Queirós de 1850¹⁷, seguida pela Lei do Ventre Livre de 1871¹⁸ e pela Lei dos Sexagenários de 1885¹⁹, até chegar a tão sonhada e, ao mesmo tempo, frustrada Lei Áurea.

¹⁵ José Carlos do Patrocínio foi um farmacêutico, jornalista, escritor, orador e ativista político brasileiro. Destacou-se como uma das figuras mais importantes dos movimentos Abolicionista e Republicano no país (WIKIPÉDIA, 2021).

¹⁶ Luís Gonzaga Pinto da Gama foi um rábula, orador, jornalista, escritor brasileiro e o Patrono da Abolição da Escravidão do Brasil (WIKIPÉDIA, 2021).

¹⁷ A Lei Eusébio de Queirós foi uma modificação que ocorreu em 1850 na legislação escravagista brasileira. A lei proibia o tráfico de escravos para o Brasil (WIKIPÉDIA, 2021).

¹⁸ A Lei do Ventre Livre, também conhecida como “Lei Rio Branco” foi uma lei abolicionista, promulgada em 28 de setembro de 1871 (assinada pela Princesa Isabel). Esta lei, considerava livres todos os filhos de mulher escrava nascidos a partir da data da lei (WIKIPÉDIA, 2021).

¹⁹ A Lei dos Sexagenários, também conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe, foi promulgada em 28 de setembro de 1885. Essa lei concedia liberdade aos escravos com mais de 60 anos de idade (WIKIPÉDIA, 2021).

Frustrada porque a pós-abolição não culminou com a liberdade, a nacionalização e o reconhecimento dos direitos humanos do negro, ou seja, não viabilizou a condição de cidadão brasileiro. Em outros termos, praticamente às vésperas da proclamação da república, não acabou com o sofrimento da população negra do país. Como já referido, aparecem nos documentos da época o negro escravizado sendo denominado de “elemento servil” (BUARQUE, 2008, p.34). Com a extinção da escravatura, ele deixa de ser simplesmente “elemento servil” de propriedade privada para se tornar “elemento servil” de exploração pública, sem nenhuma lei reparatória. Em outras palavras uma sociedade que absorveu indivíduos sem lhes garantir dignidade ou qualquer estrutura social. Segundo Buarque, no discurso do presidente da comissão que discutia legislativamente a abolição dos escravos:

Ele clamava que o Brasil está recebendo 700 mil novos indivíduos ‘não preparados pela educação e pelos hábitos da liberdade’. Como se esse despreparo fosse culpa da Abolição, dos abolicionistas, e não da escravidão, dos escravocratas. O fato é que o Brasil, antes, agora e sempre, teve seu projeto de desenvolvimento visto do topo, nunca da base da pirâmide social. Daí vem todo o desastre social que atravessamos (2008, p.80).

Na última década do século XIX, o negro, largado à sua própria sorte, deixa as senzalas e passa a ocupar os espaços afastados dos grandes centros ou determinadas zonas desprestigiadas das cidades. Para se manter, submete-se aos piores postos de trabalho.

Durante o período da Primeira República, final do século XIX e início do século XX, com o crescimento das cidades, os negros se reúnem em associações de caráter cultural a fim de manter suas tradições e proporcionar espaços de mobilizações e de denúncias sociais da situação excludente a que eram submetidos na sociedade brasileira. Também se solidificam as denúncias através de periódicos. Diante de um processo de branqueamento político nacional, os espaços de preservação da cultura negra tornam-se resistência ao modelo nacional proposto pela elite brasileira. De acordo com Lopes:

A ideologia racial forjada no Brasil, a partir do século XIX a meados do século XX, pela elite brasileira, dividiu negros e mestiços, alienou o processo de identidade de ambos. A afirmação de que a raça branca era superior às demais, colocava o Brasil numa situação de excessiva inferioridade, pelo fato de ser um país formado, majoritariamente, por negros e mestiços. Para os mestiços, a situação era ainda, pior, porque o pensamento da época dizia que este possuía tudo de ruim do branco e tudo de ruim do negro (2011, p.122).

Os homens e mulheres, negros e mestiços, excluídos socialmente e com poucas expectativas de melhoras nas condições de sobrevivência na sociedade brasileira, encontram

nos Clubes Negros espalhados por todo o Brasil, no início do século, espaços de mobilização na preservação de suas identidades, extremamente inferiorizadas dentro da sociedade em geral.

No Rio Grande do Sul, as primeiras organizações civis organizadas surgem, assim como em todo o país, através de Clubes Negros e Irmandades Religiosas, sendo que estas últimas possuíam uma significativa importância para a população negra do estado, havendo um número expressivo de Irmandades de Nossa Senhora do Rosário existentes no Rio Grande do Sul. Tais irmandades eram constituídas, organizadas e lideradas por negros, atuando como confrarias de culto católicos, criadas ainda no período da escravidão, eram um espaço para celebrar a religiosidade do povo negro. Impedidos de frequentar as igrejas dos seus senhores encontravam nas irmandades o primeiro espaço legal de reuniões, confraternizações e união.

A imprensa negra também se fortalece através dos periódicos. Os grandes referências de luta no período que antecede a escravidão são os jornalistas, entre outros, José do Patrocínio e Luís Gama, que têm seu legado retomado por grupos de intelectuais que se reúnem, principalmente em São Paulo, mas também em outras partes do Brasil, e fundam jornais como “A Alvorada”, em 1907, na cidade de Pelotas (RS). Segundo Pires:

Os jornais da imprensa negra surgiram de relações entre diversos grupos sociais, reivindicando melhorias de vida para a população negra. Jose Correia Leite, do Jornal O Clarim da Alvorada conta que as sociedades seguiam os modelos de organização dos imigrantes, ele esclarece que as colônias de estrangeiros se organizavam em clubes dançantes e escreviam seus jornais. Daí, surgem os jornais da imprensa negra, acompanhando o fluxo do movimento das classes trabalhadoras, formadas por negros e imigrantes, em sua maioria (2006, p.21).

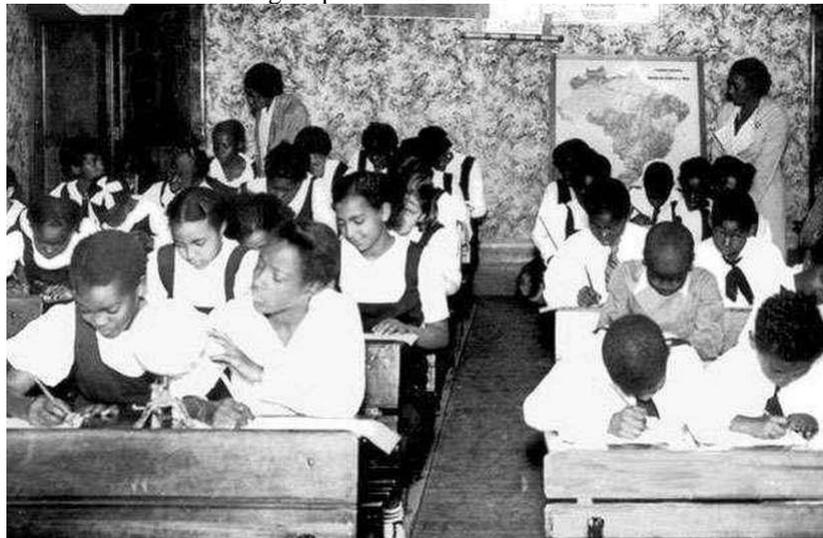
As sociedades dos negros surgiram com um caráter político e cultural, organizando as diretorias que eram formadas geralmente por um presidente, um secretário, o corpo de diretores, além de outras comissões específicas das atividades culturais. Um dos motivos que pode ter contribuído para a sobrevivência das sociedades, em meio ao um sistema racista, seria a unificação organizada dessas instituições. A partir do ano de 1923, as tentativas de organização estadual e nacional das sociedades foram intensificadas.

Em 1926, surgiu o Centro Cívico Palmares para a organização do primeiro Congresso de Pretos do Brasil. A referida organização negra organizou bibliotecas e escolas e participou da campanha para a entrada de negros na Guarda Civil. A associação não possuía um jornal próprio, mas toda a imprensa negra reconhecia o Centro Cívico Palmares como um foco importante de organização social sob bases raciais.

Nos anos de 1930, diversos jornais estiveram empenhados na organização de uma federação dos negros, despontava-se um novo momento nas movimentações sociais negras. A possibilidade de um salto de qualidade na organização das associações se tornou concreta com a junção de diversos grupos em torno do movimento de organização da Frente Negra Brasileira, fruto de uma semente que teria sido plantada no Centro Cívico Palmares.

A Frente Negra Brasileira foi criada em 16 de setembro de 1931, sob um poste de luz, por Francisco Lucrecio e vários outros militantes. Da capital do Estado de São Paulo, o movimento conquistou trincheiras pelo interior e chegou a regiões distantes de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Espírito Santos e Rio Grande do Sul. Cerca de 100 mil pessoas, em todo o Brasil, fizeram parte desse movimento de luta contra o preconceito, buscando condições dignas de trabalho, saúde e educação para os negros no Brasil. Seus integrantes promoviam seminários, palestras, cursos de alfabetização e festivais de música, além de publicar o Jornal “O Menelik”, porta-voz da entidade – substituído posteriormente por “o Clarim d’Alvorada”.

Figura 11. A Frente Negra Brasileira mantinha, além de cursos profissionalizantes, escolas para que os negros pudessem estudar



Fonte: Mello, 2013.

A Frente Negra Brasileira foi também o primeiro partido político formado por negros, numa época em que o preconceito racial ainda dominava a sociedade brasileira. O grupo conseguiu, por exemplo, que a Força Pública de São Paulo deixasse de restringir a participação de negros na corporação. Segundo Pires:

A frente elaborou um estatuto formado por dez artigos que colocavam, de forma geral, a defesa dos direitos sociais e políticos dos negros e as normas organizativas da instituição. Em 1933, os dirigentes iniciaram uma campanha de alistamento eleitoral e organizaram a associação por zonas eleitorais. Dando continuidade à tradição assistencialista, foram organizados cursos de

alfabetização, bibliotecas, gabinetes dentários e uma grande campanha para a sede própria. Os membros da Frente Negra Brasileira tinham carteira de identidade emitida pela instituição, em cujas dependências funcionavam barbearia, ensino primário, teatro e banda de música. Em 1963, seus dirigentes resolveram transformá-la em partido político e conseguiram a aprovação no Tribunal Superior Eleitoral (2006, p.26).

Nos seus seis anos de existência, a Frente Negra Brasileira tornou-se o principal porta-voz das reivindicações dos grupos negros na região Sudeste. No ano de 1937, a Frente fechou definitivamente suas portas, depois de cumprir a trajetória mais importante dos movimentos negros na primeira metade do século XX. O golpe de Estado do grupo ligado a Getúlio Vargas paralisa os jornais e acaba com grande obra das associações dos negros. Para Pires:

Desde os anos setenta do século XIX que vêm surgindo associações de homens de cor no Brasil, nem sempre obtendo reconhecimento e sempre como uma forma de conquista de espaço político, no campo da luta pelos direitos civis. Os negros tiveram participação ativa na luta pela abolição da escravatura, organizando associações voltadas para a principal bandeira de luta dos negros no final do século XIX. Grupos negros participaram ativamente na formação da Guarda Negra como organização política monarquista, outros grupos negros encamparam a bandeira do regime republicano, conflitos que se estenderam nos jornais da imprensa negra paulista até as duas primeiras décadas do século XX. As associações realizavam verdadeira campanha anti-imigrantistas. Grupos de negros participavam organizadamente na Revolução Constitucionalista de 1932, os denominados soldados da Legião Negra. Intelectuais negros estiveram engajados nos conflitos políticos entre comunistas, fascistas e liberais, o que culminou na projeção de um partido político por meio da Frente Negra Brasileira. Obviamente, todas essas ações dão a determinadas associações de negros um caráter eminentemente político. Fato de esses conflitos constarem por muitas vezes, na agenda política das associações como elemento específico, sofrendo determinações do modelo de relação raciais no Brasil. As associações culturais são formas de conquistar espaços políticos, em especial como lugar possível para a elaboração dos discursos de combate ao racismo. Esse tipo de associação não impediu, e, sim permitiu que grupos de negros se organizassem socialmente, ocupassem postos de poder e participassem dos principais ‘momentos históricos’ na história do Brasil por todo o século XX (2006, p.92).

Com a abertura política em 1945, o grupo relacionado ao Clube de Cultura Negra é que retoma a iniciativa de organização dos negros e republica o jornal A Alvorada, em Pelotas no Rio Grande do Sul. A principal proposta desse agrupamento buscava uma organização nacional com a fundação Associação dos Negros Brasileiros. Esta associação foi organizada fugindo dos modelos políticos partidários apresentados pela Frente Negra Brasileira na década anterior.

Ainda no ano de 1945, no Rio de Janeiro, surge o Teatro Experimental do Negro um movimento que busca a maior representatividade do negro nas artes, assim como a criação de

uma nova dramaturgia, através de um projeto de organização para além do entretenimento, englobando o trabalho pela cidadania do ator, por meio da conscientização e também pela alfabetização do elenco, recrutado entre operários, empregadas domésticas, favelados sem profissão definida e modestos funcionários públicos.

Foi idealizado, fundado e dirigido por Abadias do Nascimento²⁰ que procura fazer o Teatro Experimental Negro ultrapassar os limites da função artística e empreender também uma ação social. As estruturas negras pós-1945 se mantiveram com o uso das artes como seus instrumentos de preservação de suas atuações. De acordo com Pires:

As associações culturais ainda permitiram que grupos de negros mantivessem o discurso anti-racista nos períodos de ditadura política, quando o Estado proibia a existência de organizações políticas, como no extenso período do Estado Novo e da ditadura militar de 1964. Mesmo nesses períodos grupos de negros foram importantes para o processo de democratização, como no caso do surgimento do Movimento Negro Unificado, e 1978, com caráter eminentemente político. A tendência culturalista deve ser vista como projeto político dos negros brasileiros que serviu para delatar a situação de exclusão dos negros ante a dificuldade de se operar mudanças sociais pela afirmação em um sistema de relações raciais em que os agentes do Estado aparecem como principais elementos de negação da existência do racismo. Nesse contexto adverso, os movimentos negros utilizavam símbolos da Cultura afro-brasileira como base de sua identidade coletiva, de ações e produção de ideologias anti-racista. A produção de identidades negras e a relativa quebra da hegemonia cultural dos brancos foi o que possibilitou visibilidade social para que, no alvorecer do século XXI, os movimentos negros conquistassem o direito de implementar ações afirmativas como política de Estado (2006, p.92).

O movimento negro só ressurgiu, enquanto proposta política em 1978, em São Paulo, em um ato em forma de protesto pela discriminação sofrida por quatro jovens negros no Clube de Regatas Tietê, sendo mais um de uma série de episódios de discriminação racial em espaços públicos da cidade, marcando assim, no dia 7 de julho do decorrente ano, a criação do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo.

Também em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, jovens negros passam a reunir-se no centro da cidade para conversar sobre assuntos vários, incluindo a situação do negro na sociedade brasileira. É por ali que entram as ideias ainda desconhecidas sobre os movimentos *black* que se consolidam posteriormente com consequências sociais e políticas. A rua dos

²⁰ Abadias do Nascimento (Franca, 14 de março de 1914 — Rio de Janeiro, 23 de maio de 2011) foi um poeta, ator, escritor, dramaturgo, artista plástico, professor universitário, político e ativista dos direitos civis e humanos das populações negras.

Andradas havia se tornado um ponto de encontro depois que os territórios negros tradicionais foram transferidos para áreas mais distantes do centro em razão do avanço da urbanização da capital gaúcha, desencadeada depois da metade do século XX.

Nesse processo, o grupo Palmares deve ser percebido como um catalizador das demandas que pertenceriam a toda comunidade negra porto-alegrense. Os elementos simbólicos tiveram que ser reelaborados e, a partir deles, foram buscadas outras referências para se construir novos parâmetros de identidades. Na capital e em todo o Brasil aflora a necessidade imperiosa de pensar a questão do negro sem as influências diretas das ideologias²¹ de branqueamento, da democracia racial e da moral católica e burguesa. O movimento negro volta-se para retomada de suas raízes historicamente oprimidas e silenciadas pelo sistema hegemônico.

A partir dos anos 80, o movimento negro no Brasil redimensiona suas lutas. Com a volta da democracia e a discussão sobre uma nova constituição para o país, o movimento negro ganha força. O governo também tem interesse em promover estudos, institutos e leis que fomentem a igualdade racial a fim de diminuir o abismo existente entre brancos e negros. A constituição do Movimento Negro Unificado como foro privilegiado de debates sobre a discriminação racial refletiu na atitude do Estado de São Paulo em relação ao tema, culminando com a criação, em 1984, do primeiro órgão público voltado para o apoio dos movimentos sociais afro-brasileiros: o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, no governo Franco Montoro. Foi ainda de Montoro a iniciativa de indicar um representante dos negros para a chamada Comissão Arinos, que criminalizou a discriminação racial na Constituição Brasileira de 1988.

Os anos pós-constituição de 1988 registraram avanços nas lutas institucionais dos movimentos afro-brasileiros contra o racismo e mesmo uma maior aceitação por parte da sociedade, da discussão desta temática. Segundo Freire:

Hoje espalham-se os movimentos negros. Estes liderados por alguns negros e algumas negras, e aquelas da aceitação de sua negritude estão fazendo a sua valorização, e assim, forjando um novo tempo. O silêncio secular finalmente está sendo substituído pela voz, com que se assumem historicamente (1996, p.45).

²¹ **Ideologia** no pensamento **Marxista** (materialismo dialético) é um conjunto de proposições elaborado, na sociedade burguesa com a finalidade de fazer aparentar os interesses da classe dominante com o interesse coletivo, construindo uma hegemonia daquela classe (WIKIPÉDIA, 2021).

Para o autor, a luta de negros e não negros unidos pela mesma causa é justamente o que impulsiona o avanço do combate às desigualdades. A partir do século XX e XXI, as organizações sociais, que buscam a valorização e integração de fato do negro na sociedade, ganham corpo, e diretrizes mais específicas. Com a universalização do ensino no Brasil, as questões direcionadas as práticas educativas, diante do acesso significativo de alunos negros, tornam-se prioridade na pauta do movimento negro. Na exigência de oportunidades educacionais igualitárias, os movimentos negros denunciam as escolas como mecanismos de reprodução do racismo, apontando o currículo, a formação de educadores e o livro didático como elementos centrais para a construção de uma educação democrática e multirracial.

Por iniciativa do Movimento Negro Unificado, em 1986, durante a Conferência Nacional do Negro em Brasília- DF, foi concretizada a proposta de tornar crime o preconceito racial e étnico. Igualmente, foi pedida a titulação de remanescentes de quilombos.

Em 1989, é promulgada a Lei 7.716, por iniciativa do deputado Alberto Caó, por meio da qual discriminação racial e étnica passam a constituir crimes. Em 1997 e 2012, essa lei seria revista incorporando também a intolerância religiosa ou de precedência nacional.

O presidente Fernando Henrique Cardoso instituiu o Grupo de Trabalho Intersetorial para a valorização da população negra, em 20 de novembro de 1995. Para comemorar este fato, neste mesmo dia, representantes de várias entidades do movimento negro promovem a Marcha Zumbi, em Brasília, que contou com a presença de 30 mil pessoas.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao sancionar, em 9 de janeiro de 2003, a Lei nº 10.639 que altera a lei nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, direciona um novo sul à educação no país. Segundo Gomes “a lei assume um marco, no caráter de uma visão emancipatória dos povos negros na educação brasileira” (2011, p.30). O período em que o presidente Lula ocupou a presidência foi marcado por várias conquistas da sociedade civil em geral e do movimento negro em particular.

No ano de 2003, é instituída a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR) que tinha como missão promover mecanismos de inclusão social para a população negra. Uma das maiores bandeiras do movimento negro era a aprovação das cotas raciais²² em instituições de ensino federais que já vinham sendo aplicada em alguns estados.

²²As cotas são um instrumento de ação afirmativa que tenta corrigir a desigualdade de oportunidades, pois, para o Estado Brasileiro, em seus Três Poderes, não é possível esperar que todos os problemas da educação básica brasileira sejam resolvidos para tornar mais justa a participação da população negra e pobre na universidade pública. Isso seria permitir que toda uma geração seja prejudicada, seus talentos desperdiçados e suas possibilidades de realização pessoal frustradas, por causa de erros do passado que nunca foram revistos pela nossa

O movimento negro no Brasil é a própria história do negro brasileiro que, há quase 500 anos, resiste a um sistema eurocêntrico que busca homogeneizar a existência humana em padrões europeus. Diante desse processo de construção da sociedade brasileira, a população negra sempre esteve buscando seu espaço, lutando por reconhecimento, valorização e até mesmo pelo direito de existir.

Na cidade de Rio Grande, a movimentação da população negra organizada, em busca de reconhecimento, valorização e espaço social, pode ser observada através da trajetória do Movimento Negro local que surge em pleno regime de escravidão no Brasil com a formação do Quilombo dos Macanudos e segue até os dias atuais com os movimentos de resistências e valorização negra em diversos seguimentos sociais do município.

2.2. O movimento negro da cidade de Rio Grande: do Quilombo Macanudos à Universidade Federal do Rio Grande

No tópico anterior foi possível identificar o movimento negro brasileiro como ator político que ressignifica, valoriza, reúne, politiza e proporciona a emancipação dos sujeitos em uma perspectiva da produção da Educação Ambiental Crítica, que prevê um movimento contra-hegemônico, nutrindo-se do pensamento emancipatório Freiriano²³(LAYRARGUES, 2002). Assim é explicitada a operacionalidade do movimento negro na história do Brasil²⁴.

Na visão microcós mica, o movimento negro da cidade de Rio Grande sempre atuou na resistência e luta pela valorização, igualdade e emancipação da população negra e não negra local. Para Santos (2009), toda a experiência social produz conhecimento e não existe conhecimento sem práticas e atores sociais, exatamente o que caracteriza o movimento negro, entendido como organização política, produto e produtor de experiências sociais.

As ações políticas organizadas pelos negros em Rio Grande possuem seu marco registrado, ainda no período escravagista do país, iniciando pela formação do Quilombo dos Macanudos²⁵ que surge na Vila da Quinta e recebe este nome dos comerciantes uruguaio s por se tratar de negros respeitados, fortes e muito simpáticos, queridos e admirados por todos nas relações de comércio e amizade fora do quilombo.

sociedade, mas, ao contrário, foram reforçados por mais de cem anos de negação da existência do racismo no Brasil (UNE, 2021)

²³ A emancipação nada mais é do que o processo de libertação política, cultural, humana e social de todos os oprimidos, que se libertam a si e aos opressores.

²⁴ Este capítulo foi construído tomando como textos bases: Goulart (2013) e o acervo pessoal de fotos, documentos e registros jornalístico da família Amaral.

²⁵ Macanudo é um adjetivo espanhol que significa ter prestígio e/ou poder, notável inteligência, beleza, força etc.

A memória acessada pelos membros da família Macanudos volta-se para a presença de seus antepassados ainda no período da escravidão. Conta-se que a escravizada Maria B'gala veio do estado do Maranhão como castigo para trabalhar na região da Quitéria, antiga zona nobre da Vila da Quinta no município do Rio Grande, com a finalidade de servir a família Amaral.

Figura 12. Reunião dos remanescentes da comunidade quilombola Macanudos, Rio Grande-RS



Fonte: Página/Fanpage do Quilombo dos Macanudos no Facebook

A família Macanudos se constituiu durante muito tempo naquele espaço. Casavam e construía suas casas próximas umas das outras, dando continuidade às suas atividades econômicas. Por exemplo, os enrestidores de cebola, atividade exercida antes, como durante a escravidão, tanto pelos homens como pelas mulheres e crianças. Além do trabalho de plantio e comercialização de cebolas que era conhecido em toda a região inclusive no Uruguai, também faziam artesanatos com junco.

Com o tempo, a família Macanudos perde grande parte das terras em razão da invasão de cercas vizinhas. Na década de 1980 ocorre a saída definitiva da região da Quitéria e, por consequência, a radical transformação no modo de vida das famílias. Em suas terras, como ainda se referem os troncos mais velhos da família, moraram em média 50 pessoas que viviam de forma comunal, por meio de troca interna era garantida a subsistência dos membros familiares. Era possível a criação de animais, a pescaria, o plantio de cebola para vender e o artesanato por meio da réstea e do junco e o cultivo de alimentos para o consumo.

A movimentação social organizada da população negra da cidade pós-abolição adquire um caráter de preservação da identidade negra, diante de um projeto nacional de branqueamento. Segundo Lopes:

Depois de proclamada a inferioridade das raças não branca pela ciência, a questão étnica tornou-se central no Brasil em termos de implantação do liberalismo e do trabalho assalariado. O racismo científico foi adotado, de forma quase unânime, a partir de 1880, enviesando os ideários liberais ao refrear suas tendências igualitárias e democratizantes e dar argumento as estruturas sociais e políticas autoritárias. Desse modo as teorias racistas não exprimiram apenas interesses colonialistas e imperialistas, mas também se articulavam aos interesses de grupos nacionais dominantes ligados à modernidade. O racismo e liberalismo foram redefinidos no Brasil. Os sistemas de pensamento europeus foram integrados segundo os interesses políticos e culturais das camadas letradas de forma crítica e seletiva. Tais camadas estavam preocupadas em adequar os ideários estrangeiros à realidade local (2011, p.162-163).

Como forma de resistência aos interesses políticos e culturais do poder hegemônico, os homens de cor da época criaram as suas primeiras sociedades organizadas denominadas de associações culturais, os Clubes Negros. Espaços de oposição e cultura, em um movimento contra-hegemônico, buscando difundir, entreter, politizar, organizar, viabilizar a conscientização e acolher as famílias negras e a população não negra em geral, pois os Clubes Negros da cidade de Rio Grande não possuíam caráter segregador, mas primavam apenas por práticas de valorização e igualdade da população negra, diante do processo de inferiorização social do negro no Brasil. Relatos dos antigos sócios sobre o Clube Recreativo e Cultural Braço à Braço²⁶, fundado na cidade de Rio Grande em 1920, são apresentados por Cruz:

Apesar de identificar-se como clube negro, e estar inscrito como tal no Cadastro Nacional Dos Clubes Sociais Negros, o senhor Rui Silveira nos diz em entrevista: ‘E prova está, que nos estatutos, é proibido ter preconceito de cor e de credo, todos amigos, todos irmãos, esse é o lema do Braço’. Como já foi abordado anteriormente, sabe-se que essa modalidade de associação carrega em sua gênese uma espécie de movimento contrário, está intimamente ligada ao fato de que no início do séc. XX uma forte discriminação pairava por sobre o povo negro urbano (2014, p.50).

Os Clubes Negros como espaços de resistência começam a ser organizados na cidade de Rio Grande a partir de 1920, a criação do Clube Recreativo e Cultural Braço e Braço, sendo

²⁶O Clube Recreativo Braço é Braço situou-se na cidade de Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul. O clube foi fundado em primeiro de janeiro de 1920 e foi atuante até meados dos anos 2000, momento em que foi reconhecido pelo poder municipal de sua cidade, como patrimônio histórico e cultural (Lei Municipal nº 6.410/2007).

um dos mais importantes, assim como a Sociedade Recreativa Estrela do Oriente²⁷ e a Sociedade Cultural Recreativa Treze de Maio, ambas associações com as mesmas finalidades recreativas e culturais que configuraram a atuação social do Clube Recreativo e Cultural Braço e Braço. As ações sociais presentes nestes espaços podem ser observadas através das palavras do atual presidente do Clube Recreativo e Cultural Braço e Braço coletadas no artigo de Paixão:

Relatos do atual presidente do clube indicam que o Clube Cultural Braço e Braço foi uma construção de uma comunidade negra riograndina que buscava um espaço para comunicar-se, tanto por meio de festas, bailes de debutantes, carnavais, música e oralidade. Mas principalmente um espaço social da comunidade negra (2009, p.6).

Figura 13. Registro da cerimônia de assinatura da lei que torna o Clube Recreativo Cultural Braço e Braço patrimônio histórico e cultural do Rio Grande.



Fonte: Prefeitura, 2019.

Na década de 1980, eram poucas as atividades dos Clubes Negros na cidade, sendo as dificuldades socioeconômicas o principal motivo da desmobilização dos clubes. Este fato também influenciou o início de um período de novas formas de organizações negras, na busca da valorização e propagação dos elementos culturais da população negra

Alguns jovens negros das periferias do município, inspirados pelo movimento *Black Power*²⁸ de proporções internacional, organizaram-se em pequenos grupos de dança. Apresentavam-se em festas de rua nos principais bairros e no centro da cidade, caracterizados com os cabelos *Black Power*, símbolo da resistência negra internacional da época, coreografando músicas estadunidenses e, assim, propagando a cultura negra através da arte.

²⁷ De acordo com a socióloga, Doutora Cassiane de Freitas Paixão em seu artigo sobre os Clubes Negros de Rio Grande, ao realizar a busca da identificação dos clubes sociais negros em Rio Grande, deparou-se com um quadro um tanto “decadente”. Nenhum dos clubes sociais negros está em funcionamento na cidade. Um deles encontra-se fechado por problemas jurídicos, outro por não possuir estrutura para ter suas portas abertas (PAIXÃO, 2009. Grifo no original).

²⁸ O movimento *Black*, surge através da política com o carisma de líderes como Martin Luther King Jr. e Malcolm X. Os cabelos *Black Power* ditavam a moda não como um estilo puro e simples, mas como a maneira encontrada para demonstrar o orgulho e a união da raça em torno do planeta.

A partir de 1988, com a promulgação da Constituição Brasileira, na cidade de Rio Grande, assim como em todo o país, proliferaram-se os movimentos negros organizados com pautas direcionadas ao tensionamento do Estado Brasileiro para que este se pronunciasse sobre as reivindicações das demandas sociais da população negra, intensificando as lutas por justiça e igualdade racial no país.

Em concordância com a pedagoga Nilma Lino Gomes “o Movimento Negro é um educador” (2017, p. 13) e sem ele muito do que hoje se produz sobre a temática racial e africana, em uma perspectiva crítica e emancipatória, não teria sido construído, uma vez que o movimento negro organizado é o suleador das demandas específicas da população negra, que atualmente culminam nas políticas de promoção da igualdade racial²⁹ construídas e implementadas através das lutas sociais (GOMES, 2017). No que tange à Educação Ambiental Popular e Movimento Negro, Gomes questiona:

[...] o que a Pedagogia e as práticas pedagógicas teriam a aprender com o Movimento Negro entendido como ator político e educador? E o campo das Humanidades e das Ciências Sociais? O que os cursos de formação de professoras e professores sabem e discutem sobre esse movimento social e suas demandas por educação? E os cursos de pós-graduação das Humanidades e Ciências Sociais? O que os currículos têm a aprender com os processos educativos construídos pelo Movimento Negro ao longo da nossa história social, política e educacional? A pós-graduação dialoga com esses aprendizados? E têm integrado em seus corpos docente e discente sujeitos negras e negros que fazem parte ou foram reeducados por esse movimento social? Que sabedorias ancestrais o Movimento Negro nos ensina? Como ele nos reeduca? (2017, p. 13).

Muitos desses questionamentos são respondidos através das reflexões e ações práticas promovidas pela Educação Ambiental Popular, que reconhece na emancipação do sujeito o caminho para a transformação social.

Como já mencionado nos parágrafos anteriores, no final da década de 1980, na cidade do Rio Grande, surgem algumas organizações sociais de luta e resistência. O movimento negro local inicia uma nova fase no processo de militância, com um viés tensionador, em relação ao Estado, na garantia dos direitos sociais da população negra. Segundo Amaral (2019):

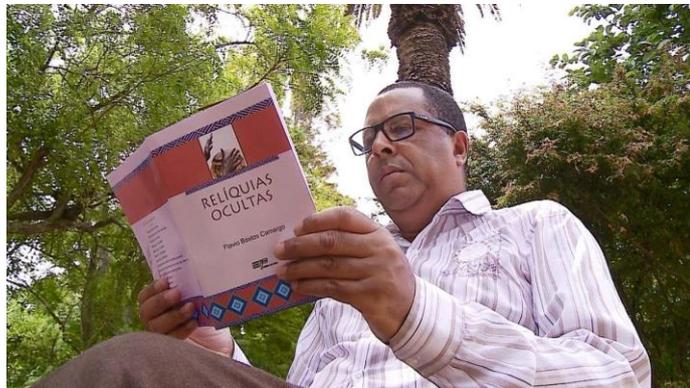
A trajetória de luta negra na cidade de Rio Grande, através de movimento social organizado, inicia com o escritor e poeta Flávio Camargo no ano de 1988 ao fundar o Movimento de Consciência Negra / MCN. Após, somaram-se a bandeira negra riograndina o Sr. Vilson Lima com o movimento denominado “Mande”; o Sr. Brasil com a Pastoral do Negro da Diocese de Rio Grande; a Sr.^a Maria da Graça Amaral com o Movimento Popular de Cultura Afro / MPCAfro; a Sr.^a Raquel com o grupo “Arte e Raça Giar”; o

²⁹ As políticas públicas de promoção da igualdade racial constituem ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais.

Núcleo Temático de Afro Descendência / NUTAFRO criado pelo Sr. Pedro Amaral; o Clube Social Negro Braço e Braço presidido pelo Sr. André Brisolara e o Movimento Afro Cultural Kizomba pela Sr.ª Débora Alencastro (2019, p.112).

O percursor dessa trajetória de grupos organizados, citados acima, em prol da igualdade e justiça racial, foi o professor, poeta, escritor e ativista social Flávio Camargo que, ao fundar o Movimento de Consciência Negra/ MCN, traz em sua proposta de organização a valorização da cultura negra através de reuniões, encontros e atividades culturais voltadas para a discussão das condições do negro na sociedade brasileira. Além disso, propõe desenvolver atividades artísticas como entoação de poemas e a formulação de um coral. O grupo liderado por Flávio Camargo também era composto por professoras que desenvolviam atividades de valorização e propagação da cultura negra em escolas do município.

Figura 14. Flávio Camargo em entrevista à emissora local, no lançamento de seu livro.



Fonte: Fundador, 2018

Da mesma forma, a Pastoral do Negro foi uma organização da Diocese de Rio Grande, dentro da Igreja Católica, que transcendeu sua atuação para além da perspectiva de uma organização de cunho religioso, trazendo para o município o resgate da história de luta e resistência da população negra através da valorização e difusão do símbolo da resistência nacional, Zumbi dos Palmares.

A frente da referida organização, o Agente da Pastoral³⁰, senhor Hélio Brasil dedicou a sua vida à militância negra, sendo o idealizador e realizador das primeiras, históricas e culturais

³⁰ Agentes de Pastoral Negros (APN's) é uma instituição do Movimento Negro Brasileiro com uma tradição macro ecumênica e inter-religiosa com o foco em diferentes comunidades de fé. Os APN's visam, também, maior participação de pessoas no processo de superação da marginalização sociocultural e econômica da população negra, além de assessorá-las em questões que envolvam discriminação de raça, de etnia e de religião, fazendo com que haja aplicação da pena prevista na lei, denunciando e repudiando todas as pessoas e instituições praticantes de qualquer forma de racismo.

Os pontos mais marcantes na história da instituição foram as contribuições na redemocratização do país, após o fim da ditadura militar, o despertar da identidade afro nas igrejas cristãs, a formação sociopolítica do povo negro,

missas Afros, em comemoração ao 20 de novembro, em nosso município, utilizando a data da morte de Zumbi dos Palmares como uma oportunidade de celebração e valorização da cultura negra local. As missas em homenagem ao dia da Consciência Negra eram realizadas com uma dinâmica totalmente distintas do habitual, dentro da Igreja Católica, pois eram cantadas e ritmadas ao som de vilões, tambores e agogôs tocados por mulheres e homens negros, além de apresentações artísticas de dança afro e oferta de comidas típicas da cultura negra aos participantes da missa.

Figura 15. Missa Afro em homenagem ao 20 de novembro



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

O Movimento Popular de Cultura Afro/ MPCAfro, por sua vez, foi fundado no município no ano 2000 por Maria da Graça da Silva Amaral, tornando-se uma ramificação do Movimento Popular de Cultura Afro do extremo sul do país. O movimento liderado majoritariamente por mulheres negras iniciou suas atividades com o mesmo intuito dos demais grupos já existentes no município, porém, suas dinâmicas voltavam suas principais atividades para espaços públicos e periféricos do município, com o comprometimento de popularizar as ações do movimento negro local.

Figura 16. Seminário intermunicipal com lideranças do Movimento Popular de Cultura Afro da região Sul



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

As ações praticadas pelo Movimento Popular de Cultura Afro priorizavam a arte na transmissão da cultura negra. As atividades artísticas iniciavam com um coral que entoava canções com a história do negro, em ritmos da cultura negra, que normalmente vinham acompanhadas de coreografias. Posteriormente, surgiu um grupo de dança afro que homenageava os orixás e também ocorreram muitos concursos de beleza municipais e regionais. O caráter popular, que é uma marca evidente na trajetória do referido movimento, é traduzido através das muitas atividades em espaços/eventos públicos do município como: praças, largos, calçadões, avenidas, festas de rua e bairros populares.

Figura 17. Apresentação artística do Movimento Popular de Cultura Afro na Feira de Artesanato do Rio Grande - FEARG³¹



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

³¹ A FEARG é um evento que visa valorizar os profissionais do território do município do Rio Grande, resgatando o respeito à diversidade cultural que contribuiu para o desenvolvimento desta cidade, bem como à autoestima do cidadão residente.

Na gestão do executivo municipal de 2001-2004, tensionados pelos movimentos negros organizados já referidos, juntamente com ativistas individuais, representantes de classes e com o apoio da universidade local, o poder público responde com a criação da Lei nº. 5824/2003 que dá origem ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Social e Cultural da Comunidade Negra (COMDESCON). Segundo Amaral (2019):

Com a intersubjetividade e o envolvimento destes grupos acima citados, viu-se a necessidade de fortalecer laços e criar um órgão que fosse intermediário ao acesso da política pública de todos os âmbitos, pensando-se assim em um conselho municipal que abarcasse todos estes movimentos. Bem como, os demais que haveriam de ingressar com o passar do tempo, na expectativa de que este órgão pudesse ser principal instrumento de diálogo entre a sociedade civil e o governo (2019, p.112).

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Social e Cultural da Comunidade Negra avançou em direção à implementação e implantação de políticas públicas de cunho afirmativo, entre elas: a política de cotas nos processos seletivos para provimentos de cargos públicos no município.

Atualmente, percebemos um esvaziamento das organizações sociais negras civis, havendo uma maior movimentação social da comunidade negra através dos ativistas negros, que direta ou indiretamente estão vinculados a órgãos públicos, entidades de classes e também militantes negros que atuam dentro de outros conselhos municipais, reforçando as demandas da população negra.

Neste cenário, sinteticamente apresentado, destaca-se dentre tantos protagonistas, uma mulher negra, Maria da Graça da Silva Amaral, que ainda hoje segue atuando em prol da comunidade negra da cidade de Rio Grande. À frente da direção do sindicato dos funcionários da Universidade Federal do Rio Grande, continua a lutar por justiça e igualdade racial, fazendo-se presente e resistente através de ações sindicais, palestras, oficinas de bonecas negras de origem africana chamadas Abayomi³² e inúmeras atividades culturais do município e região.

O trabalho desenvolvido por esta mulher negra, nos diversos espaços sociais do município, em prol da consolidação do movimento negro, é uma história que precisa ser contada. Este trabalho volta-se agora a dar voz a Maria da Graça para compreender a sua

³² “Para acalantar seus filhos durante as terríveis viagens a bordo dos tumbeiros – navio de pequeno porte que realizava o transporte de escravos entre África e Brasil – as mães africanas rasgavam retalhos de suas saias e a partir deles criavam pequenas bonecas, feitas de tranças ou nós, que serviam como amuleto de proteção. As bonecas, símbolo de resistência, ficaram conhecidas como Abayomi, termo que significa ‘Encontro precioso’, em Iorubá, uma das maiores etnias do continente africano cuja população habita parte da Nigéria, Benin, Togo e Costa do Marfim” (VIEIRA, 2021).

narrativa a partir de uma Educação Ambiental Popular e ainda para contribuir com os registros do movimento negro. É o que apresentarei no próximo e último capítulo desta dissertação.

CAPÍTULO 3. MARIA DA GRAÇA DA SILVA AMARAL: UMA EDUCADORA AMBIENTAL POPULAR NEGRA COMO PROTAGONISTA DA SUA PRÓPRIA HISTÓRIA

“Como mulher negra, não quero mais ser objeto de estudo e sim o sujeito da pesquisa”.

Djamila Ribeiro

Através das palavras da filósofa e símbolo da luta do feminismo negro nacional, Djamila Ribeiro, inicio o último capítulo desta dissertação, que traz o reconhecimento à luta do povo negro por justiça e igualdade racial, por meio da narrativa da trajetória de vida de Maria da Graça da Silva Amaral. Este trabalho traz voz aos sujeitos que lutam para impor sua existência numa sociedade que insiste em negá-la.

Neste último capítulo, apresento a metodologia desenvolvida para contar a história de Maria da Graça Amaral, que é a história do movimento negro, a partir da pesquisa narrativa como ferramenta de emancipação dos povos historicamente oprimidos.

Em seguida, apresento a narrativa de Maria da Graça da Silva Amaral, constatando, através de suas próprias palavras, documentos, matérias jornalísticas e registros fotográficos, sua trajetória de luta por justiça e igualdade racial que a torna uma Educadora Ambiental Popular.

3.1. Nós também produzimos saberes: A narrativa como ferramenta emancipatória das culturas silenciadas

Uma das principais atividades humanas realizada através da linguagem é narrar. Contar fatos, experiências, sejam agradáveis ou dolorosas, ajuda a entender melhor a vida. Ampliando essa visão, percebe-se que o mapa da história da humanidade, em seus múltiplos aspectos, como artístico, cultural, científico, político, foi desenhado pela narrativa. Contudo, as narrativas dos povos historicamente dominados e oprimidos pelo colonizador, representado através do poder hegemônico, permanecem silenciadas no decorrer dos séculos.

A metodologia apresentada neste trabalho trata de uma pesquisa de abordagem qualitativa, consubstanciada na pesquisa narrativa, orientada pelos estudos de Clandinin e Connelly (2015). Nas palavras dos autores, “a pesquisa narrativa é uma forma de compreender a experiência. É, em outras palavras, a pesquisa que transita no meio do viver e do contar, do

reviver e do recontar, as histórias de experiências que compuseram as vidas das pessoas, em ambas perspectivas: individual e social” (2015, p.51).

A investigação narrativa se estabelece a partir de um espaço tridimensional composto por três dimensões: a temporalidade; o pessoal e o social; e, o lugar. Para Clandinin e Connelly, “os estudos têm dimensões e abordam assuntos temporais; focam no pessoal e no social em um balanço adequado para a investigação; e ocorrem em lugares específicos ou sequência de lugares” (2015, p.84). Ao trabalhar nesse espaço tridimensional, é possível confrontar passado, presente e futuro, “contamos histórias lembradas de nós mesmos, sobre épocas antigas, assim como histórias atuais. Todas essas histórias fornecem roteiros possíveis para nossos futuros” (CLANDININ; CONNELLY, 2015, p.96).

A pesquisa narrativa deve ser entendida como uma forma de compreender a experiência humana, sendo um estudo de histórias vividas e contadas. Para Nóvoa:

A utilização contemporânea das abordagens (auto)biográficas é fruto da insatisfação das ciências sociais em relação ao tipo de saber produzido e da necessidade de uma renovação dos modos de conhecimento científico...a nova atenção concedida para esse tipo de abordagem no campo científico é a expressão de um movimento social mais amplo ...encontramos nos perante uma mutação cultural que pouco a pouco faz reaparecer os sujeitos face as estruturas e aos sistemas, a qualidade face à quantidade, a vivencia face ao instituído(1993, p.18).

A Educação Ambiental Crítica, no seu viés emancipatório, buscar romper com a lógica imposta pela modernidade. Assim, este trabalho traz uma metodologia direcionada a este propósito, oportunizando o registro da experiência humana, dando sentido a vida como vivida. Segundo Loureiro:

Se um educador trabalha com todos abstratamente ou com indivíduos pensados sem lugar social, a tendência é reproduzir o padrão de relações hierarquizadas entre grupos e saberes. Quando as pessoas são inespecíficas, a experiência mostra que o que fazemos é reproduzir o que existe. Aí está o cerne, na prática, da naturalização das relações existentes, que leva ao uso da educação como um poderoso instrumento ideológico de reprodução do padrão de dominação, de banalização dos preconceitos e da discriminação (2018, pg.75).

A pesquisa narrativa no campo da Educação Ambiental, incluindo biografias, histórias de vidas, autobiografias, documentários, depoimentos, vem sendo bastante difundida e utilizada nos últimos 20 anos. Temos como referenciais desta modalidade de metodologia os autores já mencionados nos parágrafos acima e também outros pesquisadores renomados da educação como: Peniau (1993; 2006), Sousa (2012) e Nóvoa (1993; 2006).

A produção científica acadêmica ainda permanece direcionada para metodologias científicas que não contemplam a renovação dos modos de conhecimento científico. Infelizmente, ainda é centrada nos padrões de produção e certificação científica convencionados e difundidos pelo poder hegemônico.

Na perspectiva da Educação Ambiental Crítica, que é a suleadora deste trabalho de pesquisa, a metodologia utilizada vem ao encontro do que almejamos enquanto construção de um novo modelo societário que torne possível a visibilidade, participação e atuação da comunidade negra, que durante os processos de colonização e escravidão sofreram e ainda são vítimas do epistemicídio do conhecimento negro. Para a filósofa Sueli Carneiro (2011), este epistemicídio se configura pela negação da condição de sujeito de conhecimento aos negros, por meio da desvalorização, da negação ou do ocultamento das contribuições do continente africano e da diáspora africana.

A iniciativa de trazer uma metodologia que busque compreender as experiências vivenciadas por culturas historicamente silenciadas e oprimidas é uma alternativa de transformação social. Essa tendência que busca a emancipação histórica dos sujeitos oprimidos, trazendo suas experiências individuais contextualizadas com as experiências sociais da voz e oportunidade, favorece a amplitude dos saberes qualitativos. Em outras palavras, “Se quisermos relações horizontais, respeito e diálogo, temos que reverter as desigualdades postas e impostas, e colocar em condições de igual quem se encontra em situação de oprimido” (LOUREIRO, 2018, p.75).

A movimentação social que questiona as diversidades em relação aos tipos de saberes produzidos são características de grandes autores críticos da América Latina como: Rivera (2019), Acostas (2016) e Quijano (2005). Todos esses autores trazem à discussão a imperiosa necessidade de transformação nos modos de produção do conhecimento, instigando a propriedade na observância, relevância e validade da história produzida e vivenciada pelos povos historicamente oprimidos, sendo as narrativas uma ferramenta emancipatória que traz a vivência face ao instituído. Segundo Quijano:

É pertinente assinalar, contra todo esse pano de fundo histórico e atual, que a questão da identidade na América Latina é, mais do que nunca, um projeto histórico, aberto e heterogêneo, não só, e talvez não tanto, uma lealdade com a memória e com o passado. Porque essa história permitiu ver que na verdade são memórias e muitos passados, sem ainda um caminho comum e compartilhado. Nessa perspectiva e nesse sentido, a produção da identidade latino-americana implica, desde de o início, uma trajetória de inevitável destruição da colonialidade do poder, uma maneira muito específica de descolonização e de libertação; a des/colonialidade do poder (2005, p.27).

Em síntese, a pesquisa narrativa se volta à compreensão e à composição de sentidos da experiência. Neste aspecto, entende-se que esta abordagem é a mais adequada para se pensar sobre a experiência de uma mulher negra, diante do silenciamento secular dos negros, com ênfase às mulheres negras. Observa-se a liderança Griô, Maria da Graça da Silva Amaral, umas das grandes referências da resistência negra na cidade de Rio Grande e na Região Sul do estado do Rio Grande do Sul, atuando há décadas dentro dos movimentos sociais, na luta por transformação social através da Educação Popular, enquanto educação crítica da realidade e emancipadora daqueles que são negados e silenciados.

A pesquisa narrativa se constrói a partir de registros, denominados pelos autores orientadores deste viés, de textos de campo. São assim chamados porque “são criados, não são encontrados e nem descobertos, pelos participantes e pesquisadores, com o objetivo de representar aspectos da experiência de campo” (CLANDININ; CONNELLY, 2015, p.133). Os textos de campo se traduzem na forma de falar sobre o que é considerado como dados na pesquisa narrativa e, “tendo em vista que os dados tendem a carregar uma ideia de representação objetiva de uma experiência de pesquisa, é importante notar quão imbuídos de interpretação são os textos de campo” (CLANDININ; CONNELLY, 2015, p.134).

Nesta perspectiva, a referida análise dos dados se dá no diálogo que a pesquisadora assume com o próprio texto de campo, uma vez que são os mesmos inevitavelmente interpretados. Nas palavras de Clandinin e Connelly:

Os textos de campo são modelados pelos interesses ou desinteresses do pesquisador ou do participante (ou de ambos). O que pode parecer uma gravação objetiva de uma entrevista estruturada já é um texto interpretado e contextualizado: ele é interpretado porque é modelado pelo processo interpretativo do pesquisador, do participante e de sua relação, e é contextualizado pelas circunstâncias particulares das origens e do cenário da entrevista (2015, p.136).

Para esta pesquisa com textos de campo, trabalhou-se a escrita autobiográfica, a entrevista e documentos. A escrita autobiográfica porque se revela como uma maneira de escrever sobre todo o contexto de uma vida. A autobiografia é sempre “uma reapresentação, ou seja, um recontar, porque a vida a qual esse recontar supostamente se refere já é um tipo de construto narrativo. A vida é sempre, necessariamente um conto” (MOLLOY, 2003, p.15).

A entrevista se organizou como entrevista de história oral, uma das formas mais comuns em pesquisa narrativa. Nesta pesquisa, a entrevista se estabeleceu como uma contra narrativa, cujas questões foram construídas a partir da autobiografia apresentada pela participante. Isto

porque “entrevistas de histórias orais são autobiográficas e contêm fatos. (...) os participantes começam a recordar suas experiências e a criar os pontos primordiais de uma narrativa pessoal” (CLANDININ; CONNELLY, 2015, p.155).

Ainda há que se registrar que em qualquer pesquisa de campo há vários documentos. No caso da pesquisa, existem registros jornalísticos, imagens e outros documentos, os quais, quando observados em um contexto de pesquisa narrativa, constituem “algo que se pode chamar de arqueologia da memória e do significado” (CLANDININ; CONNELLY, 2015, p.158).

Desta forma tem-se que a narrativa permite ver o mundo como experiência, em detrimento de uma visão enquanto estrutura e representação. Portanto, nesta pesquisa, o texto será constituído pelas vivências e vozes da participante, situando-o na história socioambiental desta. Em outras palavras, “o que está em causa é devolver aos leitores, através da *singularidade* e da *especificidade*, o ‘mundo’ que reside na história de cada um” (NÓVOA, 2004, p.10³³), reconhecendo a indissociabilidade entre teoria e prática.

Nesta pesquisa, quis se proporcionar visibilidade à história de vida de Maria da Graça Amaral, identificando-a como uma educadora ambiental, a fim de compreender sua atuação e construção de identidade especialmente na consolidação do movimento negro em Rio Grande. Assim, rompe-se com o descomprometimento de ouvir as verdades de estudos e pesquisas acadêmicas elitizadas sem levar em consideração as forças sociais (RIVERA, 2019, p.57).

Neste sentido, este trabalho constitui uma narrativa que transcende uma transmissão de memórias, mas é uma construção destas memórias, pessoal ou coletiva, onde afloram as percepções do sujeito. Trata-se de uma metodologia que “aposta na capacidade de recuperar a memória e de narrá-la desde os próprios atores sociais” (SANTAMARINA; HERRERAS, 1994, p.259), buscando na experiência do fenômeno³⁴ a intencionalidade de alcançar sentidos que as metodologias tradicionais dificilmente atingem.

Não se trata tão somente de um estudo que se volta ao passado, retrospectivo, mas que pretende desvelar, em uma sociedade racista e machista, o papel de protagonista de uma mulher, negra na construção de um espaço de luta e resistência. Nessa linha, concorda-se com Abrahão quando afirma que as histórias de vida, na perspectiva da narrativa:

[...] são entendidas como inseridas em um sistema, de tal modo que, sem serem desvinculadas do momento da enunciação ou do enunciado, são tratadas como

³³ Grifos no original.

³⁴ É importante registrar que a pesquisa narrativa não é fenomenológica ou etnográfica. Apesar das três perspectivas partirem do fenômeno, os enfoques são distintos. Na etnografia, o fenômeno é sociocultural; na fenomenologia, o fenômeno é o objeto; e, na narrativa, o fenômeno é pessoal.

histórias de um sujeito (indivíduo ou grupo) que se constroem desde dentro dos condicionantes micro e macroestruturais do sistema social (2004, p.20).

A proposta foi, portanto, investigar os sentidos que a participante imprimiu e imprime às suas experiências e práticas no contexto de luta por justiça e igualdade racial, na busca por valorização, respeito e igualdade aos sujeitos oprimidos historicamente³⁵.

3.2. Maria da Graça da Silva Amaral: A narrativa de uma Educadora Ambiental Popular.

A Educação Ambiental na perspectiva de emancipação social é uma das alternativas mais viáveis para a transformação social em busca da continuidade da existência humana na terra. A emancipação social dos sujeitos pode ser decisiva para tal finalidade, atuando na formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. Os problemas ambientais foram criados por homens e mulheres e deles deverão surgir as soluções, por meio de uma atuação coletiva, dando voz e vez aos cidadãos e às cidadãs, viabilizando a luta por justiça e igualdade social.

A Educação Ambiental Crítica é a ferramenta suleadora na observação da trajetória de vida de Maria da Graça da Silva Amaral, com o intuito de reconhecer em suas atividades, como ativista social do movimento negro local, a concretização das perspectivas trazida pela Educação Ambiental Crítica, no que tange à reflexão sobre as construções sociais e culturais, e as políticas excludentes da sociedade.

Os movimentos sociais são espaços privilegiados de exercício da cidadania na busca de um Meio Ambiente equilibrado, sendo a Educação Ambiental Crítica ferramenta crucial nesta caminhada. A Educação Popular desenvolvida dentro dessas organizações é capaz de transformar estruturas sociais, como podemos observar na construção histórica do país no decorrer dos séculos.

De acordo com importantes escritores críticos dos últimos anos como: Loureiro (2018), Freire (2003) e Sato (2003), as organizações sociais de cunho popular que contemplam as populações mais vulneráveis ao sistema opressor, de todos os seguimentos no Brasil, são os maiores propulsores das mudanças culturais, econômicas e políticas. Entende-se, assim, que os movimentos negros são a própria história do negro no Brasil, até os dias atuais. As lutas por transformações sociais observadas no país, principalmente as de cunho popular, iniciam-se

³⁵ Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio Grande (CAAE 34252920.3.0000.5324) e aprovada sob o parecer nº 4.146.925, em julho de 2020.

organizadas por ativistas sociais em busca de avanços sociais, ou seja, de melhores condições de vida.

A população negra no país tem o histórico de luta e resistência marcado por séculos. Os quilombos são as primeiras formas de resistência social organizada no Brasil. Na cidade de Rio Grande, temos alguns históricos de comunidades quilombolas, porém, infelizmente a única que ainda permanece organizada e obteve reconhecimento e certificação governamental é a comunidade remanescente Quilombo dos Macanudos, comunidade da qual Maria da Graça da Silva Amaral é uma das principais lideranças. Entre esses remanescentes, a macanuda Maria da Graça da Silva Amaral, durante toda a sua vida, sempre lutou para a conservação, a valorização e o reconhecimento das suas origens quilombolas e, por meio de inúmeras ações sociais, em prol da comunidade negra. Uma de suas grandes conquistas sociais foi o reconhecimento nacional de sua comunidade Quilombo dos Macanudos. Início a narrativa da trajetória desta ativista negra trazendo em suas próprias palavras sua origem quilombola; segundo Amaral:

Minha história começou por volta de 1840, quando em Rio Grande chegou uma mulher com dois filhos vindos do Maranhão. Como castigo de suas rebeldias foi vendida para o sul do Brasil para morrer de frio.

Foi comprada pela família Amaral para trabalhar na agricultura. Em uma das tarefas com a terra achou uma pedra de ouro e pediu para que comprassem um bilhete da loteria. Ganhou e pediu para voltar ao Maranhão com seus filhos. Como não eram registrados, a família Amaral lhes emprestou sobrenome sendo que foram registrados na igreja Católica pois não existia cartório.

Mas, também foi exigido que o filho mais velho, Gregório do Amaral ficasse aqui em Rio Grande(vila da Quinta).

Logo, ela comprou uma área grande na Lomba da Quinta e deixou seu filho e voltou para sua terra. Não se soube mais notícias dessa mulher e dos filhos.

Gregório Amaral se tornou um negro alforriado na vila da Quinta muito conhecido. Agricultor, após a guerra dos farrapos no Rio Grande do Sul tinha pouca mão de obra e ele trabalhava muito e cuidava suas terras. Casou teve muitos filhos. O mais velho foi Paulo Ovidio do Amaral que era meu avô o qual mesmo nascendo na Lei do Ventre Livre nunca foi escravo pois era filho de negro alforriado. Como o mais velho dos irmãos tinha muito orgulho de suas terras e permaneceu nelas até morrer. Contava muitas histórias e vendia frutas com um balaio nas costas. Casou com minha avó paterna Julia Cardoso do Amaral e com ela teve oito filhos. O mais velho Crescentino do Amaral, meu querido Pai.

As raízes quilombolas de Maria da Graça da Silva Amaral sempre foram forças propulsoras da sua luta por justiça e igualdade racial. A memória acessada pelos membros da família Macanudos, incluindo a narrativa de Maria da Graça da Silva Amaral, se voltam para a presença de seus antepassados ainda no período da escravidão.

A família Macanudos se constituiu durante muito tempo naquele espaço, constituindo núcleos familiares e construindo suas casas próximas umas das outras, dando continuidade às

suas atividades econômicas. Como exemplo das atividades econômicas exercidas, os enrestiadores de cebola, atividade exercida já desde a escravidão, tanto pelos homens como pelas mulheres e crianças. Além deste trabalho de plantio e comercialização de cebolas, conhecido em toda a região, inclusive no Uruguai, também faziam artesanatos com junco.

Na década de 1980 ocorre a saída definitiva da região da Quitéria e, por consequência, a radical transformação no modo de vida das famílias. Em suas terras, como ainda se referem os troncos mais velhos da família, moraram em média 50 pessoas que viviam em forma comunal: por meio de troca interna era garantida a subsistência dos membros familiares. Era possível a criação de animais, a pescaria, o plantio de cebola para vender e o artesanato por meio da réstia de cebola e do junco, além do cultivo de alimentos para o consumo.

Os renascentes do Quilombo Macanudos atualmente residem em diversos bairros da cidade, porém, mantêm suas raízes quilombolas e permanecem organizados de forma institucional através de uma comunidade remanescente reconhecida e certificada pelos órgãos competentes, sendo muitos macanudos, atualmente contemplados com as políticas públicas de reparação social.

Com o tempo, a família Macanudos perde grande parte das terras por meio da invasão de cercanias vizinhas. Decorrente deste processo de perda na extensão das terras e as dificuldades de manterem-se apenas do cultivo das mesmas, surge a necessidade de buscar novas oportunidades na zona urbana da cidade. Segundo A narrativa de Maria da Graça da Silva Amaral:

Quando Crescentino do Amaral veio servir o exército Brasileiro conheceu a vida a cidade. Apesar de saber só escrever o nome dele e ler com muita dificuldade era um homem muito inteligente. Ao sair do exército e voltar para a vila da Quinta com os irmãos adolescentes tudo ficava cada vez mais difícil. Tinha horas de lazer, mas ele se tornou um líder na família pois trabalhavam com cestas de junco, plantação, enrestiavam cebola em todo município, mas era muita gente e pouco serviço. Resolveu mudar para cidade e trabalhar na indústria SWIFT que estava chegando à cidade com muito serviço para homens e mulheres. Ainda, nos finais de semana plantaria nas terras da Quinta. Seu pai, meu avô, não veio. Disse que nunca abandonaria suas terras.

O pai de Maria da Graça da Silva Amaral, no ano de 1940, veio para a zona urbana da cidade de Rio Grande para trabalhar em uma grande empresa têxtil do município e, poucos anos depois, casa-se com Veridiana do Amaral. A mãe de Veridiana era descendente de uma família de negros rebeldes que sempre lutaram contra a escravidão. Segundo Amaral:

Veridiana do Amaral, a esposa do Crescentino do Amaral era filha de uma viúva que nasceu também na lei do Ventre Livre, Elisa Mendes da Silva. O

pai morreu cedo deixando-a com 8 anos de idade. Eram ela e duas irmãs muito organizadas e queridas pela comunidade da Vila do Povo Novo essa vila que na época era um importante ponto de veraneio das famílias ricas da cidade também pela importância do povoado do Povo Novo.

A família de Elisa Mendes da Silva era de negros-mina³⁶. Como ela nasceu na Lei do Ventre Livre deixaram ela em uma família para que a criassem. Elas eram rebeldes que não deixavam se escravizar e fugiam em grupos e eram respeitadas pela religião que praticavam, o vodum³⁷. Assim que pouco contato ela teve com os familiares. As suas filhas conheceram como familiares as pessoas que criaram a Elisa. Casou-se teve 3 filhas, minha mãe, Veridiana, era a mais velha, a Umbilina e a Rosalina que morreu aos 35 anos com anemia falciforme, mas na época não era conhecida a doença e ela era tratada como doença do coração. Com a morte da Rosalina, Elisa veio morar na cidade e o Povo Novo perdeu a melhor Benzedeira católica que lá viveu.

O casamento de Veridiana e Crescentino foi um grande evento, pois foi a união de duas grandes famílias negras da época. Segundo Maria da Graça da Silva Amaral, “todos falavam que foi uma festa que marcou a Vila do Povo Novo”. Sendo a mãe de Veridiana do Amaral, chamada de ‘Tia Ilisa’ descendente de “Negros-Mina”, praticante de “Vodum”, era uma das maiores benzedoras católicas do Povo Novo. Não cobrava a benzedura e, por isso, ganhava muitos presentes; foi premiada na loteria da época duas vezes, a primeira vez comprou o bilhete porque sonhou com o número e, a segunda vez, com o dinheiro que ganhou comprou outro bilhete e foi sorteada novamente. O casamento foi um grande evento custeado com o dinheiro ganho por ‘Tia Ilisa’.

³⁶ “Mina não é etnia de negros e sim uma palavra portuguesa. Ante a descoberta das Minas Gerais esse nome passou a ser um rótulo comercial utilizado pelos traficantes de escravos, atribuído geralmente as etnias sudanesas, para insinuar que o negro entendia de mineração e metalurgia, o que lhe majorava o preço de mercado” (DICIONÁRIO INFORMAL, 2021).

³⁷ O vodum da África Ocidental, também chamado vudu ou vodu, é uma religião tradicional da costa da África Ocidental, da Nigéria a Gana. "Vodum" é a palavra nas línguas gbe para "espírito"(WIKIPÉDIA, 2021).

Figura 18 . Casamento Veridiana e Crescentino do Amaral



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

Em 1949, nasce Maria da Graça da Silva Amaral na cidade de Rio Grande, no bairro atualmente chamado de Getúlio Vargas, na época ainda chamado de “Vila do Cedro”. A família era composta por outros dois filhos do casal: Paulo e João. Residiram no “Cedro” até os anos de 1960, quando seu pai passa a exercer a profissão de estivador no Porto de Rio Grande, aumentando assim significativamente a renda da família quando então conseguem adquirir um imóvel no bairro Centro da cidade. Desde os primeiros anos de vida, Maria da Graça da Silva Amaral conviveu com o racismo em suas múltiplas esferas com espaços de resistência a essas formas opressoras. Segundo Amaral:

Enfim nas lojas não trabalhavam negros, mas uma luzinha estava se acendendo. Carlos Santos que nos bailes infantis no *Braço e Braço* sempre estava presente e falava para as crianças com uma voz marcante: ‘Tem que estudar criança’. Essa imagem não me sai da cabeça e o meu irmão nunca ligou para apelido se não queriam dar a mão para ele enfim não ligava. Já comigo não, eu sofria, não achava normal chorava, reclamava. Eu sempre me achei igual nem melhor nem pior. Até mesmo as professoras tinham tratamento diferente comigo. Minha roupa, meu cabelo tudo era bonito feito com muito carinho por minha mãe e minhas tias. Porque não me convidavam para rainha, me consolava no baile infantil onde lá sim éramos todos tratados iguais. Foi muito bom essas festas para crianças, mas para adultos eu já acho que não somou nada. E eu chorei muito, chegava em casa que o colégio era na quadra da minha casa, Treze de Maio. Contava para a minha mãe – me chamaram de testa de lampião, não brincaram comigo vejam a resposta – fica quieta colégio é para estudar e aprender e eu chorava, mas não desisti. Dizem que até hoje acontece, as professoras colocam as crianças negras e diferentes dos outros sentadas no fundo. Mas eu entendi. Minha querida mãe nasceu 30

anos depois da abolição, se hoje o racismo ainda existe imagina a 100 atrás. Mas eu era uma criança diferente da criança que em casa brincava e ria. Muitas amigas negras saíam na terceira série pois não aguentavam o sofrimento da escola, mas eu resisti. Paulo Roberto, meu irmão, era um gênio, muito grandão sentava atrás pela altura, mas as professoras tinham que tirar o chapéu para ele não sei se era medo do tamanho dele, mas era respeitado.

O racismo estrutural³⁸, com o qual convivemos até os dias atuais, sempre conduziu as condutas sociais, sendo as condições dos negros em espaços sociais, não criados por eles, opressoras e excludentes. Inclusive, o próprio negro fadado a esse racismo estrutural incorporava os discursos racistas para se defender da sociedade opressora.

Figura 19. Maria da Graça da Silva Amaral aos 10 anos de idade.



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Ser uma criança negra dentro de uma sociedade racista é um desafio até os dias atuais. A criança não nasce racista, ela aprende no meio em que vive a diferenciar e inferiorizar outras pessoas. Nas palavras de Maria da Graça, podemos observar o sentimento de igualdade que desde a infância destoava em seu existir. Também observamos a importância dos Clubes Negros e de representatividades negras como Carlos Santos³⁹ na formação das identidades negras

³⁸ “O racismo estrutural refere-se ao conjunto de práticas institucionais e relações sociais, econômicas e políticas que privilegiam um grupo étnico em detrimento de outro. São as estruturas da sociedade que promovem de maneira direta ou indireta o preconceito racial e contribuem para perpetuar as desigualdades. O racismo estrutural no Brasil tem sua origem no processo de **escravização da população africana** trazida a partir do século XVI pelos colonizadores portugueses. Essa condição estruturante do racismo tem como resultado a manutenção e intensificação da exclusão, da falta de oportunidades, violência e pobreza da população negra” (SIGNIFICADOS, 2021).

³⁹ Carlos da Silva Santos nasceu no Rio Grande em 9 de dezembro de 1904. Foi um sindicalista, jornalista e político brasileiro, o primeiro negro a ser eleito presidente da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e a ocupar o governo do Estado do Rio Grande do Sul. Santos foi um exemplo de luta tenaz em prol da cidadania, ao exercer cargos de relevância política (RIO GRANDE, 2021).

locais. Os clubes negros sempre foram espaços de acolhida e resistência das comunidades negras.

Figura 20: Maria da garça da Silva Amaral e amigas no Clube *Braço e Braço*



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

A finalidade social dos clubes negros, de extrema relevância diante ao contexto de exclusão e subalternização da comunidade negra na vida social do município, na época, era evidente. O negro não era mais escravizado, porém, não havia uma integração social de fato com a sociedade branca, havendo espaços próprios para brancos e negros e, quando juntos no mesmo espaço, o negro era sempre inferiorizado, além da extrema falta de representatividade política. Infelizmente segundo Maria da Graça da Silva Amaral, a comunidade negra organizada através dos clubes negros não conseguiu avançar muito em perspectivas políticas que garantissem mais direitos aos negros. Segundo Amaral:

Em Rio Grande existiam três grandes clubes de pretos. Mas não se discutia política e com isso ficamos muito tempo perdidos. A força política que tínhamos na época era muito grande, uma dessas demonstrações foi quando um homem negro foi eleito deputado Estadual o Dr Carlos da Silva Santos. Quase todos os negros que frequentavam a sociedade votaram nele. Outro momento foi o vereador João Romero também foi votado por todos que frequentavam a sociedade dos pretos. Mas, não souberam aproveitar o momento e se deteram somente em bailes imitando a sociedade americana com bailes temáticos.

Na década de 1980 eram poucas as atividades dos Clubes Negros na cidade, sendo as dificuldades socioeconômicas o principal motivo da desmobilização dos clubes. Este fato também influenciou o início de um período de novas formas de organizações negras na busca da valorização e propagação dos elementos culturais da população negra.

Na adolescência, Maria da Graça da Silva Amaral, infelizmente, fica órfã de mãe e alguns anos depois de pai, permanecendo aos cuidados do irmão mais velho e com a responsabilidade de cuidar do irmão mais novo. Tempos difíceis de muita dor que refletem até os dias de hoje. Segundo Amaral:

Com muito sacrifício meus pais construíram nossa casa muito bonita um quarto para cada um. O Lucio foi para quartel passou a cabo do exército, eu adolescente no colégio e o Paulinho só orgulho. Gente uma tristeza tomou conta de nós quando nossa mãe faleceu, como se o mundo parasse é muito triste a morte da mãe tudo na vida fica mais difícil não dá para explicar e antes de morrer ela pediu se ela falecesse não era para nós, nos separar, mas ficarmos sempre juntos. Meu pai e alguns amigos foram para mim tudo naquele momento de minha vida. Pai fazia tudo para tornar nossa vida possível, mas é difícil, gente, muito difícil, até hoje sinto muita falta da minha querida mãe.

Um ano se passou e meu pai cada dia mais triste. Não chegou dois anos, aquela tristeza não era normal. Ficamos sem pai e sem mãe. Se estava difícil imagina agora, mas a vida continua. - Os primeiros meses foi horrível nos faltou até comida, mas o Lucio foi incansável, nunca vou me esquecer da dedicação que teve como irmão mais velho. Eu costurava estudava e fazia curso profissionalizante.

Ia a muitas festas, mas hoje me questiono, nós podíamos na época fazer mais políticas lutar mais pois o racismo na época era muito. Assim mesmo quebramos alguns tabus por exemplo na Bacelar não tinha calçadão e as negras e negros não gostavam de passar lá que o pessoal ria muito e chamavam de macaco. Confeitarias, restaurantes nós íamos. As coisas se modernizando e o racismo aumentado.

Nossa casa durante muito tempo viveu cheia de jovens reunindo-se para festas passar férias para ir o cassino, mas lá era tudo junto só nos separávamos na hora de entrar nas festas os brancos nas dos brancos e os negros na dos negros. Até que um dia isto foi considerado crime que não poderia ter mais separação. Foi bom, mas a sociedade de negros e a de brancos mais pobres não resistiram como *Braço e Braço, Sacarolhas, etc.*

A luta por justiça e igualdade racial travada por Maria da Graça da Silva Amaral inicia-se desde de criança no simples fato de não aceitar as condições sociais imposta pelo racismo. Mesmo sem se identificar até então enquanto militante social, suas ações na juventude romperam barreiras no que dizia respeito ao ir e vir em determinados locais públicos, já configurando ações de resistência e avanços em prol da comunidade negra local. Mesmo com todas as dificuldades advindas da perda precoce de seus pais, ela não desistiu e seguiu seu destino. Enquanto jovem sobrevivia economicamente da pensão deixada pelo pai, porém, quando a maioridade chegou, foi atrás de sua estabilidade financeira e encontrou novos desafios sociais em sua trajetória. Segundo Amaral:

A maioria chegou e a pensão acabou e meu irmão foi para o quartel e o Lucio começou uma nova vida agora também é estivador.

Eu tinha que trabalhar. Apesar de costurar queria um serviço para receber certo no fim do mês- consegui como professora na Zona Rural- Banhado Senandes. Já tinha andado a cavalo, mas quando desci do ônibus do cassino e tinha um cavalo me esperando para me levar na escola quase voltei. Mas o animal era tão ensinado que quando chegava nas porteiras ele se curvava para eu abrir e voltava para fechar. Foi um ano maravilhoso a princípio tive que tomar algumas medidas me olhavam e riam os maiores eu perguntava o que está acontecendo diziam nada, até que um resolveu falar: ‘sabes de que estou rindo’- falei: ‘gostaria de saber’, o menino falou: ‘nunca vi professora preta’ – E eu respondi só isso: ‘sou preta sim e não me vejo nada mal nisto’ – ele ficou sem graça e disse: ‘pensei que a senhora ia ficar zangada’ e parou por aí. Tenho amigos até hoje que foram meus alunos, foi muito bom. Resolvi fazer o magistério e para ganhar algum dinheirinho comecei dar aulas à noite no MOBREAL alfabetização de adultos na vila São João. Também foi uma experiência fantástica, também tenho amigos alunos até hoje.

Da infância a adolescência já se manifestava uma vontade muito grande de resistência a esse sistema de desigualdade a minha luta sempre foi de igualdade para todos.

Maria da Graça da Silva Amaral teve como uma das primeiras experiências profissionais a de aluna estigmatizada pela sua raça, passou a ser professora e também sofreu com o preconceito, mas superou e seguiu sua trajetória como professora por alguns anos. Ingressou como servidora federal, através de concurso público na Fundação Universidade Federal de Rio Grande - FURG, assim estabilizando-se financeira e profissionalmente no final da década de 70. Segundo Amaral:

Estava fazendo o magistério quando uma amiga que trabalhava na FURG me avisou que teria concurso para trabalhar na oceanologia, mas primeiro teríamos um curso com a maioria dos professores estrangeiros e no fim faríamos uma prova, aceitei e para minha surpresa passei. Dez meses se passaram e em janeiro eu iria para Porto Alegre trabalhar no Porto como secretária, mas novembro fui chamada na FURG e comecei a trabalhar no dia 1º/11/1978. Tal era minha empolgação que dia 2 de novembro feriado eu queria ir trabalhar. Trabalhei na Oceanologia em química da água do mar muito tempo, aprendi muitas coisas. Viajei no navio até Santa Catarina, várias vezes na lancha e quase todos os dias de bote para trazer H₂O para o laboratório controlar a salinidade. O racismo sempre presente por parte dos alunos e alguns professores te cobrando exigindo, como se és negra tu és incapaz. Racismo Velado que é o pior te deixa desarmado. Dentro da química passei para a Engenharia de Alimentos muito legal e na cidade pois ainda não tinha se mudado.

Dentro da universidade sempre levantei a questão dos negros perguntando onde estavam os negros. Mas a universidade sempre que pedi para dar uma olhada no povo negro sempre me ouviu. A homenagem recebida na Feira do Livro ajudou, e se não fosse a universidade os remanescentes de quilombo não seriam reconhecidos.

Dentro da Fundação Universidade do Rio Grande, os desafios diários comuns à mulher negra em espaços públicos elitizados não foram poucos. O racismo estrutural que inferioriza e oprime a mulher negra foi sentido na pele por Maria da Graça da Silva Amaral que, mesmo diante da opressão, sempre buscou o enfrentamento social na busca pela transformação da sociedade, através da justiça e igualdade racial em todos os espaços que se faz presente.

Figura 21. Reportagem do Jornal “FURG em Notícia” no ano de 2000.



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

A trajetória de luta esteve presente, e ainda persiste em todos os espaços, com o intuito de promover uma reestruturação das relações sociais, cobrando espaço e participação da comunidade negra em todos os espaços historicamente negligenciados ao povo negro escravizado. Podemos observar esta luta dentro de seu espaço de atuação profissional, tendo a Fundação Universidade Federal do Rio Grande reconhecido e apoiado as atuações em prol da justiça e igualdade racial desenvolvida por Maria da Graça da Silva Amaral.

Figura 22. Homenagem da Universidade Federal do Rio Grande a Maria da Graça da Silva Amaral no ano de 2016.



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Nos espaços fora da Fundação Universidade do Rio Grande, na década de 1980, Maria da Graça da Silva Amaral inicia sua atuação efetiva dentro do Movimento Negro local, participando da primeira organização negra que buscava reunir, organizar e mobilizar a comunidade negra local, a Pastoral do Negro. Esta foi uma articulação, a nível nacional, da Igreja Católica, com intuito de aproximar a comunidade negra das paróquias. Aqui na cidade, a Paróquia São Judas Tadeu, através do agente da pastoral do negro, o senhor Hélio Brasil, foi o primeiro contato de Maria da Graça da Silva Amaral com os movimentos negros organizados no município. Segundo Amaral:

Os anos 80 para mim para mim foram muito difíceis. Começava para mim uma nova etapa da vida, criar três filhas que foram minha razão de viver. A luta escolar e sempre ensinando elas que temos que ter orgulho de nossa origem. Em 1988 com os 100 da Abolição da Escravatura em todas cidades do Brasil nos começamos a Comemorar 20 de novembro em Rio Grande. Houve grandes acontecimentos e começou o trabalho dos movimentos Negros. Com esse Movimento Foi criado também a Pastoral do Negro um movimento Católico que em Rio Grande começou a ser Movimento pelo finado Elio Brasil e a Professora Eliane. Mas foi Flávio Camargo hoje falecido quem criou esse grande momento dos movimentos negros em Rio Grande, começando a trabalhar pelos negros da nossa sociedade.

A Pastoral do Negro como espaço social de resistência negra articulada pela Igreja Católica não só aproximava a comunidade negra com as paróquias, mas também era um espaço de diálogo, organização, valorização e difusão da cultura negra. Eram desenvolvidos

concomitantemente com as missas apresentações artísticas de dança e cantos afros. Surgem então as “Missas Afros” um legado iniciado por Hélio Brasil, tendo Maria da Graça da Silva Amaral como organizadora deste momento de homenagens e valorização da cultura negra local, que há muitos anos fazem parte da programação da Semana da Consciência Negra da cidade do Rio Grande.

Figura 23. Missa Afro realizada na semana de 20 de novembro em homenagem a Zumbi dos Palmares no ano de 2003.



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

O Movimento Negro na cidade de Rio Grande tem como precursor dessa trajetória de grupos organizados em prol da igualdade e justiça racial, o professor, poeta, escritor e ativista social Flávio Camargo que, ao fundar o Movimento de Consciência Negra, traz em sua proposta de organização a valorização da cultura negra através de reuniões, encontros e atividades culturais voltadas para a discussão das condições do negro na sociedade brasileira. Além de desenvolver atividades artísticas como entoação de poemas e a formulação de um coral. O grupo liderado por Flávio Camargo também era composto por professoras que desenvolviam atividades de valorização e propagação da cultura negra em escolas do município, entre essas mulheres negras, Maria da Graça da Silva Amaral está presente como uma das coordenadoras e integrante do Coral. Segundo Amaral:

Em 1988 com os 100 da libertação dos escravos os movimentos negros em Rio Grande seriam fundados. Surgiram vários grupos eu comecei a trabalhar no Movimento Popular de Cultura Afro, esse não seria só com pretos, mas sim todas as pessoas interessadas na cultura Afro poderiam fazer parte do Grupo. Criamos um coral com músicas populares brasileiras dirigido por Leda Morales (falecida). Viajamos com esse coral por vários Lugares da Zona Sul,

participamos do Fórum Mundial Social e em várias edições da FEARG. Em um período também trabalhamos com teatro também dirigido por Leda Morales.

Esse Grupo em Rio Grande tornou-se um núcleo do Movimento de Cultura Afro de São Lourenço que desde de 2001 faz o acampamento Afro o qual Rio Grande, como núcleo participa da organização.

Maria da Graça após participar da Pastoral do Negro e do Movimento de Consciência Negra/ MCN , funda o Movimento Popular de Cultura Afro/ MPCAfro no município, no ano de 2000, ornando-se uma ramificação do Movimento Popular de Cultura Afro da região do extremo Sul do país. O movimento liderado majoritariamente por mulheres negras, iniciou suas atividades com o mesmo intuito dos demais grupos já existentes no município, porém, suas dinâmicas se voltavam às suas principais atividades para espaços públicos e periféricos do município, com um comprometimento de popularizar as ações do movimento negro local.

Figura 24. Apresentação do Coral do Movimento Popular de Cultura Afro/ MPCAfro em 2001.



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

O Movimento Popular de Cultura Afro/ MPCAfro, liderado por Maria da Graça da Silva Amaral, desenvolveu inúmeras ações em todo o município e na região sul do estado, sempre com um caráter popular e aberto à participação não só da comunidade negra, mas de todos aqueles que reconheciam a desigualdade racial e almejavam a justiça e igualdade. Por seu caráter popular, na intenção de trazer os diálogos, os saberes, a transformação social em todos os espaços, as atividades culturais, de manifestação e homenagens realizavam-se muitas vezes em vias públicas do município. Por exemplo, o dia treze de maio, data da assinatura da abolição da escravatura no país, um dia em que o Movimento Popular de Cultura Afro/ MPCAfro fazia uma caminhada em protesto quanto à falsa liberdade da população negra do país, no Calçadão

da cidade, que culminava no mercado público com uma homenagem aos pretos velhos e todos os negros que morreram lutando pela liberdade.

Figura 25. Caminhada no centro da cidade de Rio Grande em protesto ao 13 de maio e homenagem aos pretos velhos no ano de 2003.



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Em muitas datas comemorativas do município, o Movimento Popular de Cultura Afro/ MPCAfro se fazia presente, entre elas, nos desfiles farroupilhas tradicionalistas em comemoração à Semana Farroupilha, sempre a fim de difundir a cultura e história da população negra nos espaços públicos populares e, com isso, promover reflexões sobre as condições dos negros na sociedade.

Figura 26. Desfile farroupilha tradicionalista em comemoração à Semana Farroupilha



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

As ações praticadas pelo Movimento Popular de Cultura Afro/ MPCAfro, além de serem marcadas pelo seu caráter popular em ações em vias públicas, eram outra forma de proporcionar uma nova perspectiva para a valorização da cultura negra. O grupo mantinha um coral que

entoava canções com a história do negro, em ritmos da cultura negra, que normalmente vinham acompanhadas de coreografias.

Figura 27. Apresentação do coral do Movimento Popular de Cultura Afro/ MPCAfro na FEARG em 2005.



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Também aliado ao coral nas ações do Movimento Popular de Cultura Afro/ MPCAfro, liderado por Maria da Graça da Silva Amaral, no que tange às atividades artísticas, surgiu um grupo de dança afro que homenageava os orixás. Este grupo fez grandes e significativas apresentações em várias cidades da região sul do estado.

Figura 28. Apresentação artística do grupo de dança do Movimento Popular de Cultura Afro/ MPCAfro na cidade de Pelotas, em 2000



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

As religiões de matriz africana estão intimamente ligadas à cultura negra, sendo através da resistência religiosa uma grande aliada à conservação da cultura do negro no país. Este fato fez com que o movimento negro se integrasse aos movimentos de resistência religiosa do município de Rio Grande, entre eles à União Riograndina de Cultos Umbandistas e Afro-brasileiros Mãe Iemanjá/URUMI, um grande parceiro de luta e resistência negra.

Figura 29. Apresentação do Coral Movimento Popular de Cultura Afro/ MPCAfro na festa de Iemanjá na cidade de Rio Grande no ano de 2005.



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

As questões ligadas ao estereótipo da população negra até os dias atuais ainda são distorcidas pela sociedade racista, sendo o padrão de beleza no Brasil: pele clara, cabelos lisos, olhos claros..., ou seja, o fenótipo eurocêntrico. Diante desta triste construção racista do padrão de beleza, Maria da Graça da Silva Amaral deu início a concursos de beleza na cidade de Rio Grande, nos quais os padrões de beleza eram subvertidos e contra-hegemônicos, valorizando a cultura negra. Durante muitos anos, foram eleitas cortes de representantes da beleza negra na cidade de Rio Grande, oportunizando o resgate e a valorização da cultura negra entre as crianças e os jovens negros do município.

Figura 30. Corte de representantes da beleza negra da cidade de Rio Grande no ano de 2002.



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Atualmente, o Movimento Popular de Cultura Afro/ MPCAfro, liderado por Maria da Graça da Silva Amaral, mantém suas atividades participando todos os anos do Acampamento Cultural de Cultura Afro realizado em São Lourenço do Sul, um encontro estadual de lideranças negras no intuito de discutir, valorizar e se manter atuantes na luta por justiça e igualdade racial. Vivenciamos um esvaziamento das organizações sociais negras civis, havendo uma maior movimentação social da comunidade negra através de ativistas negros, que direta ou indiretamente estão vinculados a órgãos públicos, entidades de classes e também militantes negros que atuam dentro de outros conselhos municipais, reforçando as demandas da população negra nas questões que tangem aos direitos da comunidade negra.

A movimentação da população negra organizada em busca de reconhecimento, valorização e espaço social na cidade de Rio Grande pode ser observada através da trajetória do Movimento Negro local que surge em pleno regime de escravidão no Brasil, com a formação do Quilombo dos Macanudos, e segue até os dias atuais com os movimentos de resistências e valorização negra em diversos seguimentos sociais do município, sendo a trajetória de ativismo social de Maria da Graça da Silva Amaral diretamente ligada aos movimentos de resistência negra do município e da região sul do estado.

Neste cenário, há que se destacar, dentre tantos protagonistas, uma mulher negra: Maria da Graça da Silva Amaral, que ainda hoje segue atuando em prol da comunidade negra da cidade de Rio Grande. À frente da direção do sindicato dos funcionários aposentados da Universidade Federal do Rio Grande, continua a lutar por justiça e igualdade racial, fazendo-se presente e

resistente através de ações sindicais, palestras, oficinas de bonecas negras de origem africana chamadas Abayomi e inúmeras atividades culturais do município e região.

Figura 31. Maria da Graça da Silva Amaral em oficina de Abayomi para crianças de uma escola da rede municipal de ensino da cidade de Rio Grande, no ano de 2019.



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

O trabalho desenvolvido por Maria da Graça da Silva Amaral, nos diversos espaços sociais do município, em prol da consolidação do movimento negro, pode ser considerado, dentro de uma perspectiva de Educação Ambiental Crítica, como um trabalho de emancipação dos sujeitos historicamente oprimidos pelo sistema racista, machista e patriarcal. Através da pesquisa realizada, observando a narrativa, os documentos e os registros fotográficos das suas ações enquanto ativista certifico-me de que Maria da Graça da Silva Amaral realizou atividades que promoveram a participação social, assim atuando como uma Educadora Popular Ambiental.

O movimento negro como espaço de promoção da igualdade racial configura espaços de diálogos e produção de saberes populares normalmente ignorados ou não reconhecidos pela cultura hegemônica. Dar voz e vez às culturas historicamente silenciadas sempre foi uma demanda social dos que lutaram e ainda lutam por igualdade e justiça racial.

Maria da Graça da Silva Amaral, mesmo diante ao um contexto de vida repleto de dificuldades e barreiras, nunca deixou de lutar por igualdade e justiça social, fazendo de sua trajetória de vida até os dias atuais uma grande inspiração para todos nós que lutamos por uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de luta por justiça e igualdade racial dentro do Movimento Negro da cidade de Rio Grande, estudada nesta dissertação, revela Maria da Graça da Silva Amaral como uma Educadora Popular Ambiental. Fato que podemos observar em toda a sua trajetória como ativista social atuando pela emancipação racial e de gênero. Em suas frequentes ações, observadas nas esferas sócias do referido município, sendo sua atuação voltada para as camadas mais periféricas e populares, buscando a transformação social a partir dos sujeitos excluídos, oportunizou um diálogo, ou seja, uma educação política no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça e igualdade racial.

Na perspectiva da Educação Ambiental Crítica, que compreendem a necessidade de uma educação ambiental que prime pela emancipação dos sujeitos, rompendo com silenciamento histórico das culturas oprimidas. Para direcionar esta compreensão, os objetivos específicos da pesquisa iniciam por reconhecer através de um breve histórico: a Educação Ambiental e os caminhos percorridos até a Educação Ambiental Popular, essa compreendida como a busca do rompimento com a lógica hegemônica imposta, agindo para viabilizar aos sujeitos sua emancipação e a conquista de uma cidadania que reconheça todas as formas de existência. Sendo concluído através deste estudo que as ações sociais realizadas por Maria da Graça da Silva Amaral são práticas que traduzem a Educação Ambiental Popular.

Maria da Graça da Silva Amaral é uma Educadora Ambiental Popular que, assim como outros milhares de ativistas sociais atuantes em múltiplos seguimentos sociais pelo país, desenvolveu ações que assim a configuram, mesmo sem assim ser intitulada em sua trajetória. Os movimentos sociais constituem espaços fecundos para Educadores Ambientais Populares em nosso país, pois tais espaços favorecem a atuação dentro da perspectiva da Educação Ambiental de forma a proporcionar um processo de conscientização por parte de todos, o que envolve ações e compromissos mútuos, característica fundamental para uma transformação social.

No segundo momento da dissertação, trago outro objetivo para ratificar a trajetória de Maria da Graça da Silva Amaral como a de uma Educadora Popular Ambiental, numa abordagem qualitativa-teórica, a partir de técnicas bibliográfica e documental, apresento a história da formação da identidade do negro no Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul, apresentando a história de opressão dos mesmos na construção social do país a partir do surgimento de organizações sociais que configuram movimentos negros de resistência aos processos de violência e dominação. Evidencio, através dos históricos de lutas nacionais por

igualdade e justiça racial, as práticas almejadas para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos, que fundamentam a trajetória de Maria da Graça da Silva Amaral durante as últimas décadas de atuação social de mesma.

A atuação social de Maria da Graça da Silva Amaral é observada de acordo com as demandas nacionais da população negra excluída no país, sendo suas lutas demandas sociais que atingem toda população negra nacional. Suas atuações perpassaram por diversas dimensões como social, econômica e política, na busca por cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza.

No último capítulo da dissertação, trago também o último objetivo que traz, através da metodologia utilizada com intuito de enquadrar-se ainda mais em uma perspectiva de Educação Ambiental Crítica, a própria narrativa de Maria da Graça da Silva Amaral, oportunizando assim suas falas e narrando os processos de opressão violenta silenciosa e não silenciosa que vivenciou e aos quais resistiu, assim revelando a face de uma mulher negra que se constitui como Educadora Popular Ambiental. Através deste capítulo, podemos observar a importância da produção do conhecimento científico acadêmico dos sujeitos oprimidos historicamente, pois o fato deste trabalho ser escrito por uma mulher negra estudando outra mulher negra rompe com a lógica cientificista e excludente da produção de saberes.

Realizar um trabalho acadêmico científico que oportunize voz e vez aos povos historicamente oprimidos e excluídos de um sistema racista, machista e patriarcal é romper com a lógica imposta pelo poder hegemônico. A contribuição e relevância do registro da trajetória de Maria da Graça da Silva Amaral configura um ato de resistência que é intrínseco à sua própria existência. De acordo com a sua narrativa e com os documentos que comprovam sua atuação social, é notório que, desde criança, Maria da Graça da Silva Amaral demonstra consciência enquanto mulher negra, valorizando sua negritude e resistindo ao sistema racista, sendo inúmeros os relatos tristes desde de sua infância sobre a condição da mulher negra na sociedade e, mesmo assim, ela nunca se deixou acuar e resistiu enfrentando desde sempre o sistema com coragem e dignidade.

A atuação de Maria da Graça da Silva Amaral, em diversas áreas institucionais e populares locais e estaduais, hoje em dia, é reconhecida e valorizada por grande parte da comunidade local e estadual, sendo ela uma mulher referência nas lutas que envolvem as questões raciais, de gênero e de classe.

O reconhecimento da mulher negra como sujeito produtor de conhecimento é uma alternativa extremamente transformadora na luta pela emancipação dos sujeitos oprimidos historicamente. A luta de Maria da Graça da Silva Amaral é identificada em milhares de

mulheres negras no Brasil. Resistência é a palavra que define nós mulheres negras diante de uma sociedade racista e machista. Sua história é o reconhecimento de que “Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela” (DAVIS, 2020).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (org.). **História e histórias de vida**: destacados educadores fazem a história da educação rio-grandense. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

AMARAL, Marcel Pereira Jardim. **O negro e a luta por reconhecimento**: as cotas raciais na universidade. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande, programa de Pós-Graduação em Educação, Rio Grande / RS, 2019.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O QUE É EDUCAÇÃO POPULAR**. São Paulo: Brasiliense, 2006. 61 p.

BUARQUE, Cristovam. **Dez Dias de Maio em 1888**. Ala da Biblioteca, Gabinete 05 Anexo II- Senado Federal 70165-900. Brasília, 2008.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo**: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Disponível em:

http://www.unicap.br/neabi/?page_id=137. Acesso em: jul. 2019.

CLANDININ, Jean; CONNELLY, Michael. **Pesquisa Narrativa**: experiência e história em pesquisa qualitativa. Uberlândia: EDUFU, 2015.

CRUZ, Matheus. **Clubes Sociais Negros: Memória e Esquecimento no Clube Recreativo e Cultural Braço é Braço. (Rio Grande, RS, 1969-1992)**. 2014. 118 f. Tese (Doutorado) - Curso de Mestrado, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

DAMO, Andreina. CONSCIENTIZAÇÃO EM PAULO FREIRE: CONSCIÊNCIA, TRANSFORMAÇÃO E LIBERDADE. **Contribuições das Ciências Sociais**, Natal, v. 7833, n. 1988, p.01-9, jan. 2011. Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/cccss/11/dmc.htm>. Acesso em: 20 out. 2019.

DAVIS, Angela. Quando as mulheres negras forem finalmente livres, o mundo será livre. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/destaques/angela-davis-quando-as-mulheres-negras-forem-finalmente-livres-o-mundo-sera-livre/>. Acesso em: 03 fev. 2020.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. **A África ensinando a gente**: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários para a prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FUNDADOR do movimento negro em rio grande. Rio Grande: **Globoply**, 2018. P&B. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/jornal-do-almoco/videos/t/edicoes/v/fundador-do-movimento-negro-em-rio-grande-rs-lanca-livro/6468104/>>. Acesso em: 27 out. 2019.

GRANDE, Prefeitura Municipal do Rio. **Você CONHECE**. Disponível em: <https://www.riogrande.rs.gov.br/consulta/index.php/noticias/detalhes+4020b8,,projeto-voce->

me-conhece-conta-sobre-o-jornalista-e-deputado-carlos-santos.html#.YAcS1NJKiM9. Acesso em: 19 jan. 2021.

GRÜN, Mauro. **Ética e educação ambiental**: a conexão necessária. Campinas, SP: Papirus, 2000.

GOMES, Flávio Santos. **De olho em Zumbi dos Palmares**: histórias, símbolos e memória social. São Paulo: Claro Enigma, 2011. 81

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

GOULART, Treyce Ellen Silva. Identidade negra e quilombola no Rio Grande do Sul, estudo de caso sobre a primeira comunidade quilombola de Rio Grande. **XXVII Simpósio Nacional de História**, Natal, v. 7, n. 4, p.1-9, jun. 2013.

INFORMAL, Dicionario. **NEGRO MINAS**. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/negros-mina/>/. Acesso em: 19 jan. 2021.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Para onde vai a Educação Ambiental?** O cenário político ideológico da Educação Ambiental brasileira e os desafios de uma agenda política crítica contra-hegemônica. Revista contemporânea de Educação, Brasília, nº 14, p. 398 - 421, agosto – dezembro 2012.

LOPES, Aparecida de Oliveira. **História do negro no Brasil**: escravidão, gênero, movimentos sociais e identidades. São Jose: Premier, 2011.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Sustentabilidade e Educação**: um olhar da ecologia política. São Paulo: Cortez, 2012.

MARUBAYASHI, Endo Iara Maki; GEOMETTI, Ana Lúcia Bueno dos Reis. O PAPEL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL POPULAR NA CONSTRUÇÃO DE UM MOVIMENTO AMBIENTAL CRÍTICO. **Edecere**, Curitiba, p.30248-30261, set. 2003.

MOLLOY, Sylvia. **Vale o escrito**: a escrita autobiográfica na América hispânica. Chapecó: Argos, 2003.

NACIONAL, Lei Griô. **O que é Griô?** Disponível em: <http://www.leigrionacional.org.br/o-que-e-griô/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

NÓVOA, António. Prefácio. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (org.). **História e histórias de vida**: destacados educadores fazem a história da educação rio-grandense. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

NÓVOA, António(org) . **Vidas de Professores**. Porto, Porto Editora, 1993.

PIRES, Antônio Liberac Cardoso Simões. **As Associações dos Homens de Cor e a Imprensa Negra Paulista**: Movimentos Negros, Cultura e Política n Brasil Republica, Belo Horizonte: Editora Gráfica Daliana Ltda., 2006.

PAIXÃO, Cassiane de Freitas. CLUBES SOCIAIS E OS ESPAÇOS DE NEGRITUDE NO RIO GRANDE DO SUL. **Escravidão e Liberdade**, Rio Grande, v. 5, n. 8, p.1-9, nov. 2009. Disponível em:

<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos.6/cassianepaixaoemarcusspolle.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

PEREIRA, Roberta Avila; CLARO, Lisiane Costa; PEREIRA, Vilmar Alves. A Educação Ambiental Popular enquanto contributo ao PAIETS. **Relacult – Revista Latino-americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, Rio Grande, v. 5, n. 1368, p.1-10, abr. 2019.

PREFEITURA. **Notícias**. <Http://www.riogrande.rs.gov.br>. Disponível em: <<http://www.riogrande.rs.gov.br>>. Acesso em: 27 out. 2019. 82

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**: São Paulo: Brasiliense, 1994.

REVISTA RAÇA. Rio de Janeiro: Pestana Arte & Publicações, 2021.

RUBERT, Rosane. Comunidades negras no RS: o redesenho do mapa estadual. In: **RS Negro**: cartografias sobre a produção do conhecimento. 2ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

SANTAMARINA, Cristina.; HERRERAS, José Miguel Marinas. **Historias de vida y historia oral**. In: DELGADO, José Manuel; FERNÁNDEZ, Juan Gutiérrez. Métodos y técnicas cualitativas de investigación en ciencias sociales. Madrid: Síntesis, 1994.

SANTOS, B.S. **Para além do pensamento abissal**: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B.S.; MENESES, M.P. (Org.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Almedina; CES, 2009. p. 23-71

SATO, Michéle. **Educação Ambiental**. São Carlos. RiMa Artes e Textos. 2003.

SAUVÉ, Lucie. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa**. São Paulo v. 31, p. 317-322, maio-agosto 2005.

SCOTTO, Gabriela; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; GUIMARÃES, Leandro Belinaso. **Desenvolvimento Sustentável**. Petrópolis: Vozes, 2011.

SIGNIFICADOS. **RACISMO ESTRUTURAL**. Disponível em: [https://www.significados.com.br/racismo-estrutural/#:~:text=O%20racismo%20estrutural%20refere-se%20ao%20conjunto%20de%20pr%C3%A1ticas,preconceito%20racial%20e%20contribuem%20para%20perpetuar%20as%20desigualdades\)..](https://www.significados.com.br/racismo-estrutural/#:~:text=O%20racismo%20estrutural%20refere-se%20ao%20conjunto%20de%20pr%C3%A1ticas,preconceito%20racial%20e%20contribuem%20para%20perpetuar%20as%20desigualdades)..) Acesso em: 19 jan. 2021.

TERA. **Consciência ambiental**. Disponível em: <<https://www.teraambiental.com.br/conscienciambientala->>. Acesso em: 27 out. 2019.

TONSO, Sandro. A Educação Ambiental que Desejamos a Partir de um Olhar para Nós Mesmos. **Revista Ciência em Foco**, v. 1, n. 3, p. 1-15, 2010.

VIEIRA. **Afreakd**. Disponível em: <http://www.afreaka.com.br/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

UNE, União Nacional dos Estudantes. **O QUE VOÇE PRECISA SABER SOBRE A LEI DE COTAS**. Disponível em: <https://www.une.org.br/2012/09/o-que-voce-precisa-saber-sobre-a-lei-de-cotas/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

WIKIPÉDIA. **Vudum da Africa Ocidental**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Vodum_da_%C3%81frica_Ocidental. Acesso em: 19 jan. 2021.